A direita arma a ofensiva. E o PT, que fará?

Nos dias 10 e 24 de novembro, 806 mil filiados e filiadas ao PT vão escolher presidentes e direções partidárias em todo o Brasil Páginas 9 a 29

Leilão do Petróleo

pp. 3 a 5

Contra o PL 4330

pp. 6 e 7

Luiz Gushiken

p. 32

HOMENAGEM

A filiação de Marina ao PSB e a permanência de Serra no PSDB obedecem ao mesmo princípio: unir forças para derrotar o PT. Como disse a ex-petista: derrotar "o chavismo petista". Já o marqueteiro João Santana deu uma desastrada entrevista à *Época*, dizendo que Dilma vai ganhar no primeiro turno e chamando os adversários de "anões políticos". Confirma-se assim que o PT precisa mudar. De estratégia, de tática, de organização. E conseguir um marqueteiro mais modesto, que não se considere nem atue como figura pública e dirigente partidário.

Esta edição do *Página 13* dedica a maior parte de seus textos ao processo de eleição das direções partidárias, o chamado PED. Trazemos, também, um debate sobre o Pré-Sal, uma chamada para o Congresso da Ubes, assim como uma homenagem ao companheiro Luis Gushiken.

No dia 2 de outubro, foi divulgada a lista (supostamente) final de petistas aptos a votar no PED, dias 10 e 24 de novembro.

O número de filiados e filiadas aptos é de 777.740. O número ainda pode sofrer alterações, a depender de recursos pendentes.

Infelizmente, este número não é produto apenas da mobilização voluntária dos filiados. Como todos sabem, ainda que não reconheçam publicamente, ele é produto em certa medida de cotização coletiva disfarçada de cotização individual.

*

Esta irregularidade pode gerar outra: os mesmos que fizeram cotização coletiva disfarçada de individual, podem lançar mão de transporte irregular e, inclusive, alteração de atas onde não houver fiscalização.

O mais grave, entretanto, é que não sabemos quantos dos petistas estarão informados da existência e das propostas das diferentes chapas e candidaturas, em âmbito nacional, estadual e municipal. Até o momento, menos de 30 mil pessoas participaram ou assistiram algum dos debates presidenciais.

A depender deste conjunto de fatores, a composição do próximo Diretório Nacional do Partido pode excluir diversos setores, entre os quais várias das chapas da esquerda petista.

Mais grave que isto, podemos ter um cenário em que uma única chapa terá maioria absoluta, o que a experiência recente já demonstrou ser meio caminho andado para o desastre.

A pluralidade no Diretório Nacional, e um segundo turno para a disputa da presidência nacional do Partido, são importantes para a democracia interna e esta é importante para o desempenho público do Partido. No caso deste PED, um segundo turno presidencial é especialmente importante, tendo em vista que até o momento o presidente em exercício e candidato à reeleição tem escapado de emitir opinião sobre vários temas polêmicos.

*

Como o jornal é publicado por uma tendência petista, *Página 13* tem óbvia posição nas eleições partidárias. Entendemos que o PT precisa mudar.

Precisamos de autonomia financeira: um partido de trabalhadores não pode depender de recursos do empresariado. Comunicação de massas, com web, TV, rádio e imprensa todo dia. Formação política para nossa militância. Reforçar vínculos com a juventude, a classe trabalhadora, movimentos sociais, mulheres, negros, indígenas, movimento ambientalista e lgbt. Direções que defendam as posições do PT, nas ruas e urnas, nos parlamentos e governos. Que lembrem que Partido é partido, governo é governo. E que ninguém, nenhuma liderança, nem mesmo o Lula e a Dilma, pode desrespeitar as decisões adotadas pela base.

Entendemos, também, que o PT precisa de outra estratégia. A estratégia adotada em 1995 não dá conta dos desafios que vivemos neste Brasil de 2013. Precisamos de uma nova estratégia, para um Brasil que clama por reformas estruturais, uma América Latina que precisa de integração regional, um mundo em crise cuja solução está no socialismo.

Uma estratégia que dê ênfase à governabilidade social, que compreenda que vivemos num momento de fortes conflitos com o grande Capital, com as direitas e com o imperialismo, e que para isso precisamos de aliados de verdade, não de aliados que se comportam e votam como inimigos.

Defendemos que o PT precisa reeleger Dilma, para fazer um segundo mandato melhor do que o atual. Um mandato marcado pelas reformas estruturais: uma reforma política profunda, Assembleia Constituinte, Lei da Mídia Democrática, reforma tributária progressiva, reforma agrária e urbana, mais qualidade e financiamento das políticas públicas de transporte, de saúde, de educação, de cultura etc.

Este é o programa para reeleger Dilma, manter os atuais governos e eleger novos, ampliar nossa bancada no Congresso e nas assembleias legislativas.

É com base nesse programa que reafirmaremos nossa aliança com a grande maioria do povo, a juventude, a classe trabalhadora, quem pode mudar nosso país.

É deste lado que estamos e por isto pedimos teu voto e teu apoio militante para a candidatura de Valter Pomar e para a chapa "A esperança é vermelha".

Além disso, pedimos a todos os petistas e simpatizantes que estimulem os debates, garantam a fiscalização do processo eleitoral e votem nas chapas que fazem oposição ao grupo atualmente majoritário no Partido, para garantir segundo turno na disputa presidencial e para garantir um diretório nacional plural. ★

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE), Ana Afonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Carita Rosa das Chagas (PA), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denize Silva de Oliveira (MS), Denise Cerqueira Vieira (TO), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Joel Almeida (SE), Jonatas Moreth (DF), José Gilderlei (RN), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia [Maria Barroso Vieira] (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio Moreira (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Rafael Tomyama (CE), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Regiane Cerminaro (SP), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Teresinha Fernandes (MA), Ubiratan Félix (BA), Valter Pomar (SP). **Comissão de ética nacional:** Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação**: Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) e Beatriz Triesse Gonzalez
Secr. Gráfica e Assinaturas: Edma Walker edmawalker@gmail.com End. para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11, São Paulo (SP), CEP 01019-000.

Pré-Sal: Ficção e Realidade

*Wladimir Pomar**

Oitenta entidades representativas dos movimentos sociais, com a certeza de estarem imbuídas da "vontade de defender os interesses da soberania da nação brasileira e de nosso povo, sobre os nossos recursos naturais", enviaram carta a Dilma para suspender o leilão das reservas do pré-sal, previsto para o dia 21 de outubro de 2013.

Segundo elas, no momento da confirmação da existência das reservas do pré-sal, Lula retirou 41 blocos do nono leilão, contrariando os interesses das empresas petrolíferas transnacionais, preservando os interesses nacionais, e elaborando um novo marco regulatório muito melhor do que o modelo de concessões praticado no governo FHC, especialmente sob a ótica do benefício social. No entanto, acham que o Campo de Libra seria um caso particular. Não deveria ser leiloado, mesmo através do modelo de partilha adotado, porque não seria um bloco, no qual a empresa petrolífera irá procurar petróleo. Seria um reservatório totalmente conhecido, delimitado e estimado em seu potencial de reservas em barris, faltando *apenas* cubar o petróleo existente com maior precisão.

Ainda segunda as entidades sociais, o desafio colocado diante de um volume tão grande de petróleo conhecido seria o de maximizar esse benefício para toda sociedade brasileira. Isto poderia ser feito ao entregar o campo diretamente para a exploração e produção pela Petrobras, como previsto no artigo 12 da lei 12.351. A Petrobras assinaria um contrato de partilha com a União, com o percentual do "óleo-lucro" a ser remetido para o Fundo Social obtido por definição do governo, percentual que deveria ser bem alto, para beneficiar a toda a sociedade.

Portanto, a ANP e o Edital deveriam justificar esse leilão do ponto de vista dos interesses do povo. O MME, o CNPE, a ANP ou a EPE deveriam ter dado acesso público aos documentos explicando a perspectiva de descobertas, quanto será destinado para o abastecimento brasileiro e quanto deverá ser exportado, dúvidas que não foram esclarecidas nas audiências públicas. Mesmo entre técnicos e especialistas não haveria noção da base de calculo para chegar a um preço mínimo para a arrecadação de R$ 15 bilhões, e qual o percentual de óleo lucro a ser remetido para o Fundo Social.

As entidades reafirmaram a consciência de que as empresas transnacionais têm a intenção de se apoderarem das reservas do pré-sal e que a entrega para essas empresas fere o principio da soberania popular e nacional sobre a nossa mais importante riqueza natural que é o petróleo. Os recentes episódios de espionagem patrocinada pelo governo dos Estados Unidos da América teriam revelado o claro interesse das empresas estadunidenses em abocanhar as reservas do pré-sal. Nessas condições, as entidades reivindicaram a suspensão do leilão do Campo de Libra e a convocação de um plebiscito para que o povo decida quem deve explorar as riquezas do pré-sal e qual deve ser o seu destino.

Nesse meio tempo, porém, ocorreu algo inusitado. A Exxon, a British Petroleum (BP) e a British Gas (BG), três das maiores gigantes da área internacional de petróleo, anunciaram que não têm interesse em participar do leilão do Campo de Libra. Além disso, das 40 empresas que a ANP esperava disputarem o leilão, somente 11 pagaram a taxa de participação. Com isso, grande parte dos argumentos expendidos pelas entidades sociais desceu água abaixo, e muita gente está sem entender o que ocorreu.

Alguns especialistas do setor dizem que um dos fatores que afastaram as petroleiras americanas e inglesas teria sido a presença obrigatória de uma operadora, no caso a Petrobras, durante exploração. O problema não seria o trabalho da Petrobrás, em si, mas o fato de que as grandes empresas transnacionais só têm interesse em entrar como operadoras do negócio. Isto é algo para o qual as entidades sociais

parecem não ter dado atenção. A participação obrigatória da Petrobras subordina as estrangeiras, e as transnacionais têm horror a isso. Não é por acaso que cresce a campanha contra a interferência do Estado na economia.

Executivos da Deloitte, por exemplo, reclamam que é preciso uma flexibilização do governo em relação às regras de exploração no pré-sal, para que a "indústria" não seja prejudicada caso a Petrobrás não tenha condição de fazer frente aos investimentos necessários. Como manda o novo marco regulatório, a estatal brasileira deverá ter pelo menos 30% de participação em todos os blocos do pré-sal, onde será obrigatoriamente a operadora. O que foi pensado pelo governo como uma maneira de garantir a presença da Petrobrás nas grandes reservas nacionais de petróleo é visto por parte dos grandes grupos internacionais como um entrave à ágil expansão da exploração no país. Mas este é um aspecto chave do marco regulatório do pré-sal, que garante a soberania através da participação da Petrobras como operadora e como participante em 30% de todas as áreas de exploração e produção.

Outros especialistas sustentam que o afastamento daquelas transnacionais estaria relacionado ao interesse delas em outros negócios já firmados ou futuros, como a abertura do México à exploração de petróleo. Acrescente-se a isso que as empresas norte-americanas estão investindo pesado na exploração e produção do gás de xisto em território estadunidense, que exige alta (e cara) tecnologia e está causando problemas ambientais e sociais de monta, que também custam muito caro.

Os investimentos na exploração e produção do Campo de Libra não se destinam *apenas* a cubar o petróleo existente com maior precisão. Essa exploração e produção exige uma montanha de recursos, principalmente na criação e desenvolvimento de novas tecnologias e na elevação das antigas tecnologias a novos patamares. As transnacionais americanas (e várias outras) talvez não estejam em condições de abrir duas frentes da mesma envergadura.

Nesse sentido, o problema da envergadura dos investimentos para a exploração e a produção do Campo de Libra também é algo para o qual as entidades sociais não deram a devida atenção. Essa exploração e produção envolve um montante de recursos que, segundo os especialistas na indústria do petróleo, limita em muito a quantidade de empresas que se dispõem a participar dela. A suposição de que a Petrobras pode arcar sozinha com tais investimentos é irreal. Para obtê-los, ela teria que captar capitais no mercado financeiro internacional, cujos custos, para a saúde financeira e para a soberania do país, certamente serão muito superiores aos custos pagos a qualquer parceria internacional nas condições estabelecidas pelo marco regulatório do pré-sal.

A decisão chinesa de colocar suas três maiores estatais na licitação do Campo de Libra foi, antes de tudo, política e, depois, econômica. É uma pena que muita gente, no Brasil, não tenha a mesma visão e não contribua para fazer com que tiremos partido dessa situação internacional favorável

Se a exploração e a produção do Campo de Libra ficarem por conta exclusiva da Petrobras, que não possui capital para tanto, tão cedo não veremos jorrar os recursos esperados para educação e saúde. E se tivermos que colocar para um plebiscito decidir sobre o leilão do Campo de Libra, sobre quem deve explorar as riquezas do pré-sal, e sobre qual deve ser o destino do petróleo extraído, ficaremos à mercê de uma pré-aprovação do atual Congresso. Com isso, certamente poderemos viver um belo movimento democrático, mas transferiremos para as calendas qualquer perspectiva de que as riquezas do pré-sal contribuam para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil.

Do ponto de vista concreto, justamente pelo grande volume de capital exigido para a exploração e a produção do Campo de Libra, alguns especialistas supõem que a entrada das empresas chinesas pode ter afastado outros participantes. A presença dos chineses na negociação, com suas três maiores empresas estatais (China National Petroleum Corporation - CNPC, China National Offshore Oil Corporation - CNOOC, e Sinopec) tirou qualquer chance das transnacionais petrolíferas fazerem chantagem com a ANP e a Petrobras, exigindo mudanças na participação da Petrobras como operadora e boicotando o leilão. Nessas condições, a entrada dos chineses, por um lado, afugentou as americanas e inglesas, mas também garantiu a presença de outras asiáticas, europeias e sul-americanas, que não pretendem ver os chineses reforçarem sozinhos seus laços com a Petrobras.

Portanto, vários fatores podem ter influenciado as surpresas relacionadas com as empresas que pagaram a taxa de participação no leilão. No caso das empresas chinesas, o fato delas terem que se unir à Petrobras como executora do projeto representa um fator favorável para elas. Como diz um especialista, elas apenas terão que acompanhar o ritmo da estatal brasileira. Todos reconhecem que elas têm o capital financeiro e estão interessadas no óleo. Mas nem todos estão abertos para o fato de que, além de garantir suprimento futuro, a China tem interesse estratégico em que, com as riquezas do pré-sal, o Brasil dê um salto em seu desenvolvimento econômico e social.

A China sabe que não pode enfrentar sozinha o declínio econômico, social e político dos Estados Unidos e da Europa desenvolvida. Para ela, a multipolaridade é questão estratégica para manter a paz e administrar os espasmos daquele declínio. Assim, sem um grupo considerável de países emergentes com economia forte, dos quais o Brasil deve fazer parte, um mundo multipolar não passará de uma ficção. Nessas condições, a decisão chinesa de colocar suas três maiores estatais na licitação do Campo de Libra foi, antes de tudo, política e, depois, econômica. É uma pena que muita gente, no Brasil, não tenha a mesma visão e não contribua para fazer com que tiremos partido dessa situação internacional favorável. ★

*Wladimir Pomar é militante do PT

Para além do cancelamento, queremos 100%

Foto: Sindipetro

Por parte dos movimentos sociais, há o projeto em defesa do monopólio 100% estatal. Porém essa alternativa nem é discutida pelo Congresso brasileiro

Jorge Braga*

Após a descoberta do pré-sal, importantes batalhas políticas passaram a ser travadas no Brasil para definir seus marcos de exploração e produção. Uma das principais discussões colocava em pauta a forma de contratação para exploração do petróleo. De um lado o modelo das concessões, do outro o modelo de partilha.

No primeiro, o governo concede o bloco exploratório através de um leilão onde quem pagar o maior bônus tem direito a explorar o campo e, devido ao risco exploratório, fica com todo o lucro da produção do petróleo. Na partilha, um bônus é pré-fixado e vence o leilão quem der a maior parte do barril-lucro para o governo.

Por parte dos movimentos sociais, há o projeto em defesa do monopólio 100% estatal. Porém essa alternativa nem é discutida pelo Congresso brasileiro. Após intensos debates e pressões políticas, o modelo de partilha foi escolhido e a definição da Petrobrás como operadora única dos campos do pré-sal com um mínimo de 30% de participação. Além disso, foi realizado um processo de cessão onerosa de parte do campo de Tupi. Neste processo, houve uma inteligente engenharia financeira, onde a Petrobrás conseguiu realizar uma importante captação e ao mesmo tempo o governo conseguiu obter recursos da Petrobrás para o Tesouro, além de aumentar seu controle acionário na empresa.

Apesar desses avanços, a opção pelo modelo de partilha apontou para a realização de diversos leilões para exploração dos campos do pré-sal, deixando espaço para a participação maciça de estrangeiros nestes campos.

Inicia aí um revés: a mídia que acabara de noticiar a maior captação financeira do mundo, passa a noticiar uma empresa à beira da falência e sem capacidade para enfrentar maiores desafios. As agências de risco (as mesmas que diziam que a Espanha, EUA e Portugal estavam bem em 2008) pressionam, através das suas classificações de risco, para que a Petrobrás não amplie o seu endividamento, sob o risco de perda do "grau de investimento".

Com geração de caixa reduzido devido às importações de gasolina e com a sinalização dos agentes financeiros em não aportar os recursos necessários para os investimentos da Petrobrás, a mídia pressiona para que a participação da Petrobrás no leilão seja recuada. Chega-se inclusive a insinuar que a empresa não tem condições de pagar a parcela mínima para participar do leilão e que isso deve ser flexibilizado. Fica evidente a ação articulada de agentes internacionais nesta operação a partir do vazamento da notícia de que a NSA acessava dados da Petrobrás.

Os movimentos sociais já apresentaram seu próprio projeto de lei do petróleo, que visa reestabelecer a soberania e a utilização estratégica dessa imensa riqueza. Porém, enquanto não atingimos esse objetivo, é importante que nos mantenhamos na luta contra os leilões, e mais que isso, para que o governo celebre o contrato diretamente com a Petrobrás, o que já é permitido nos atuais marcos legais.

Com a exploração por meio de partilha em contrato direto com a Petrobrás, o governo poderia obter mais de 60% do lucro proveniente dos campos e assim canalizar esses recursos para a melhoria dos serviços públicos, principalmente na saúde e na educação. Além disso, a participação 100% Petrobrás faz com que, através de sua política de compras nacionais, todo um grupo da cadeia produtiva seja fortalecido, a exemplo da indústria naval.

O momento político atual precisa ser enfrentado com arrojo. A conjuntura atual brasileira requer posicionamentos de enfrentamento com as elites econômicas e financeiras e demonstrações claras da vontade de transformar a sociedade brasileira numa sociedade mais justa e igualitária Devemos assim garantir que as riquezas aqui produzidas aqui permaneçam, e com elas pavimentar um futuro de prosperidade e oportunidades para o povo brasileiro. ★

***Jorge Braga,** militante sindical petroleiro e militante do PT-BA

Aumenta a mobilização e os apoios contra o PL 4330

*Jandyra Uehara**

A luta contra o PL 4330, que amplia as terceirizações e a precarização do trabalho no Brasil, ganhou mais força com a crescente mobilização de sindicatos e a firme disposição de luta dos trabalhadores/as.

No dia 3 de setembro, sob intensa violência policial, os/as militantes cutistas conseguiram o cancelamento da votação do PL na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados).

Desde então, numa atitude ditatorial sem precedentes nos últimos tempos, o presidente da Câmara Henrique Alves (PMDB) mudou as regras de acesso às dependências da Câmara, para impedir o acesso de dirigentes e militantes sindicais até mesmo aos gabinetes dos deputados.

A luta contra o PL de Sandro Mabel (PMDB-GO) ganhou mais fôlego, também, com o apoio de 19 dos 26 ministros do TST (Tribunal Superior do Trabalho), da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho), de 27 presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos auditores fiscais.

No âmbito do Congresso, a repercussão entre os deputados aumentou e o PT, PSB, PCdoB e Psol já fecharam questão contra o PL, além da crescente divisão das posições também em outras bancadas parlamentares.

No dia 18 de setembro, durante Audiência Pública na Câmara dos Deputados, os representantes patronais e deputados pró precarização foram derrotados no debate diante da força e da veracidade dos argumentos apresentados pelos magistrados, procuradores, deputados e dirigentes sindicais. Na falta de argumentos consistentes e diante de contundente derrota no debate, deputados e representantes patronais partiram para a agressão verbal, a exemplo do ex-ministro do Trabalho de Sarney, Almir Pazzianoto, que perdeu a compostura e se referiu aos dirigentes sindicais como "escumalha" (leia-se escória).

Foto: CNTTS-CUT

Do lado de fora do Congresso Nacional, centenas de militantes cutistas protestavam contra o PL 4330, impedidos de entrar na audiência pelo Presidente da Câmara, que contou com forte aparato da policia federal legislativa, com o reforço da polícia militar.

Esta etapa da luta, que agregou importantes apoios dentro e fora do Parlamento e aumentou a temperatura das mobilizações resultou no recuo do presidente da Câmara que pretendia levar o projeto à votação direto para o plenário sem a apreciação da CCJ - Comissão de Constituição e Justiça. Agora, o PL4330 voltará para a CCJ para ser apreciado em cinco sessões.

A liderança do governo e a bancada do PT se comprometeram a não votar o projeto da precarização, mas a CUT não deve baixar a guarda pois a bancada do capital é ardilosa e pode tentar manobrar para que a votação aconteça.

Na reunião da direção executiva nacional da CUT, realizada em São Paulo nos dias 24 e 25 de setembro, foi aprovada resolução que reforça a mobilização até que o PL 4330 seja definitivamente retirado da pauta do Congresso Nacional.

A prioridade e a força com que a CUT tem pautado a luta contra o PL4330 e a precarização das relações de trabalho fortalece a política de autonomia da Central, mobiliza, conscientiza e prepara a classe trabalhadora para embates cada vez mais fortes contra os famigerados interesses do capital. ★

*__Jandyra Uehara Alves__ é integrante da Executiva Nacional da CUT

A prioridade e a força com que a CUT tem pautado a luta contra o PL4330 e a precarização das relações de trabalho fortalece a política de autonomia da Central, mobiliza, conscientiza e prepara a classe trabalhadora para embates cada vez mais fortes contra os famigerados interesses do capital

RESOLUÇÕES DA DIREÇÃO EXECUTIVA DA CUT

Em reunião realizada nos dias 24 e 25 de setembro, em São Paulo, a Direção Executiva da CUT aprofundou o debate do cenário político e econômico do País e reafirmou sua posição de defesa intransigente dos direitos e interesses dos trabalhadores, e deliberou sobre os seguintes pontos:

1. AÇÃO CONTRA O PL 4330 E DEFESA DA PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA

Travamos nos últimos meses uma dura batalha contra a precarização das relações de trabalho e conseguimos, por meio da mobilização dos trabalhadores, impedindo que fosse levado à votação no Congresso Nacional o PL 4330. Vencemos uma etapa importante, mas a luta continua. Diante da possibilidade de o PL 4330 ser votado nas próximas semanas, exigimos que o projeto seja retirado da pauta do Congresso. Aprovamos os seguintes encaminhamentos:

• Manter nossas bases em estado de vigilância, prontas para retomar a ação contra qualquer iniciativa dos empresários ou de seus representantes no parlamento visando retirar direitos dos(as) trabalhadores(as) e precarizar as relações de trabalho. Realizar uma manifestação de massa em Brasília, se o PL 4330 for para a votação;

• Exigir a retirada do requerimento de urgência, instrumento que permite enviar o projeto direto para o plenário da Câmara;

• Promover audiências públicas, onde ainda não ocorreu, nas Assembleias Legislativas dos Estados, juntamente com a Anamatra, Ministério Público do Trabalho, OAB e demais aliados, para pressionar os deputados em suas bases eleitorais, mobilizar a opinião pública e as bases CUTistas na luta contra o PL 4330;

• Manter a pressão e promover o diálogo junto aos partidos e parlamentares em Brasília, explicitando a posição da CUT;

• Divulgar no Portal da CUT os nomes dos deputados que já declararam seu voto contrário ao PL 4330, dos que já se posicionaram a favor da terceirização e daqueles que ainda não se manifestaram, para que continuemos a pressioná-los;

• Retomar, junto com esta luta contra o PL 4330, as mobilizações em torno dos demais pontos da Pauta da Classe Trabalhadora. Priorizar na pauta da CUT, as bandeiras de luta para avançar na conquista de direitos: fim do fator previdenciário, redução de jornada para 40 horas sem redução de salários, aprovação do PEC do trabalho escravo e medida contra a criação de fundações privadas no âmbito do serviço público (PL 92/2007);

• Incluir os pontos da Pauta da Classe Trabalhadora, especialmente a pressão contra a Terceirização, na Jornada Mundial pelo Trabalho Decente, programada para 7 de outubro.

2. LEILÃO DO CAMPO DE LIBRA

A Direção da CUT reafirmou sua posição em defesa dos interesses da população e da soberania nacional, colocando-se contra o leilão do Campo de Libra, previsto para 21 de outubro próximo. Neste sentido, convoca as Estaduais da CUT, os ramos e sindicatos filiados a mobilizar suas bases para participar, junto com os movimentos sociais, das atividades programadas contra esse leilão, tendo como foco aquelas que já estão sendo organizadas pela FUP, conforme o calendário abaixo:

• 30/09 – acampamento da FUP em Brasília;

• 03/10 - greve nacional dos Petroleiros e atos relativos aos 60 anos da Petrobrás;

• 07/10 – ato político no Rio de Janeiro;

• 17/10 – Dia Nacional de Luta contra o Leilão de Libra, com passeatas nas capitais;

• 21/10 – Ato público com participação de todas as centrais sindicais e movimentos sociais no local do leilão.

3. COMUNICAÇÃO

O Fórum Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação, FNDC, realizou em Brasília, nos dias 21 e 22 de setembro, sua XVII Plenária Nacional, quando deliberou pela intensificação da coleta de assinaturas do Projeto de Lei de Iniciativa Popular pela Democratização da Comunicação, a ser realizada durante a Semana Nacional pela Democratização da Comunicação, entre os dias 13 e 19 de outubro, e pela aprovação do marco civil da Internet com neutralidade da rede.

De acordo com a legislação vigente desde a Constituição de 1988, os projetos de lei de iniciativa popular, como é o caso do Projeto de Lei de Mídia Democrática, exigem o mínimo de 1% de assinaturas do colégio eleitoral nacional. Atualmente é necessário mais de 1,4 milhão de assinaturas, por isso o compromisso da CUT, com toda a sua força e abrangência é fundamental para que obtenhamos vitória nessa luta a favor da democracia brasileira.

Portanto, a direção Executiva da CUT delibera:

• tratar a questão como prioritária em todas as instâncias da Central durante a Semana da Democratização da Comunicação, entre 13 e 19 de outubro;

• que os ramos e sindicatos executem ações para a coleta de assinaturas para Projeto de Lei de Iniciativa Popular pela Democratização da Comunicação durante essa semana, preferencialmente com a abertura de postos para coleta de assinaturas, fixos e itinerantes;

• que as entidades encaminhem os formulários assinados para a Secretaria de Comunicação da CUT Nacional.

4. REFORMA POLÍTICA

A CUT reafirma sua posição quanto à necessidade de uma ampla reforma do sistema político brasileiro como condição necessária para resolver problemas estruturais da política nacional e para que as forças populares consigam aprofundar as mudanças que são necessárias para fortalecer a democracia e avançar no combate à exclusão e à desigualdade social. Neste sentido, reafirma sua posição em relação a pontos fundamentais dessa reforma:

• fim do financiamento privado de campanha;

• voto em lista partidária com alternância de sexo;

• diminuição do número de assinaturas para projeto de lei de iniciativa popular;

• fim do Senado;

• inclusão de mecanismos para democratizar o Poder Judiciário.

Assim, a CUT delibera por mobilizar suas bases por uma Reforma Política democrática e prioriza, juntamente com os movimentos sociais, a realização de um plebiscito por uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político.

DIREÇÃO EXECUTIVA DA CUT

Ubes: Rumo ao 40º Congresso

*Patrick Campos**

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) é a entidade nacional de representação dos estudantes de ensino fundamental, médio e técnico no país. Com 65 anos de muita luta, a entidade foi protagonista em momentos históricos da batalha por mais educação, em defesa da soberania nacional e contra a corrupção. Foi a UBES, juntamente com a UNE, que primeiro levantou a bandeira pela criação da Petrobrás lá na década de 50 e que durante a ditadura, teve sua sede também incendiada e foi posta na ilegalidade.

Com o fim da ditadura, a UBES foi refundada e seguiu organizando as lutas dos estudantes secundaristas. Esteve na campanha pelas Diretas Já e no Fora Collor, marcando as páginas da história do Brasil com o Movimento dos "Cara Pintada". Na década de noventa, insurgiu-se contra as privatizações do Governo FHC e foi determinante nas fileiras dos movimentos sociais, junto a CUT e o MST no combate diário ao neoliberalismo.

No começo dos anos dois mil, a entidade lançou importantes campanhas como o "22 de Março", Dia Nacional de Luta Pelo Passe-Livre nos anos de 2005 a 2007, movimento fruto da "Revolta do Busão" em Salvador e Florianópolis que desencadeou entre tatos outros o Movimento Passe-Livre. Sem falar na grande campanha "Um Grêmio em Cada Escola", fundamental para a ampliação da organização de base dos estudantes secundaristas em todo o Brasil.

A Juventude da Articulação de Esquerda esteve presente e atuante em diversos destes e outros momentos, inclusive dirigindo grêmios, entidades municipais e metropolitanas, e estando na diretoria da entidade nos anos de 2007 a 2009. Agora, retomamos a tarefa de contribuir com a organização dos estudantes secundaristas em todo o país. O congresso da UBES é sem dúvida uma grande oportunidade para isso. É uma via de apresentar a política que tanto debatemos e construímos em cada escola, dialogando com os estudantes, impulsionando a criação de grêmios estudantis e defendo as bandeiras de luta que a tanto carregamos.

Todavia, há dificuldades que precisamos superar e ajudar o conjunto do movimento estudantil brasileiro a enfrentar. Atualmente a UBES, assim como a UNE, é uma entidade que tem deixado de ter expressão entre os estudantes, em parte por responsabilidade do PCdoB e de sua Juventude, a UJS.

Precisamos romper com o atual modelo de entidade engessada, cega defensora das políticas do MEC. Os jovens estudantes do PT e a militância da JAE têm acúmulo e debate político, que precisa, por meio de organização e acumulo de forças proporem uma alternativa política para a entidade.

Vamos entrar em cada escola e debater junto aos estudantes, colocando na pauta do dia a discussão de qual o papel da escola; que escola queremos e porque é urgente uma revolução pedagógica; para quê serve o ensino médio e no que consiste a sua reforma; qual a necessidade de organização dos estudantes para garantir a democracia nas instituições; e qual o papel da UBES nisso tudo.

Uma tarefa de todas e todos!

Esta não é uma tarefa apenas da juventude, mas uma tarefa coletiva do conjunto do PT. O movimento secundarista é o movimento com mais base social do país, nele estão os filhos da classe trabalhadora, setores populares, jovens e adolescentes abertos para o debate político, em disputa pelos amplos setores da sociedade. Nós temos a tarefa de disputar esses jovens para a esquerda, para os movimentos sociais e para o PT. A renovação e transição política perpassam pela emancipação e conscientização da juventude, não sendo possível pensar em renovação e acumulo de força sem investir na juventude. Assim, a tarefa de organizar o movimento secundarista e disputar a UBES deve ser encampada por todo o partido.

O Congresso foi convocado para acontecer de 28 de Novembro a 01 de Dezembro, em local ainda a definir. Mas o processo de eleição dos delegados já começou e vai até o dia 30 de Outubro, podendo ser acompanhado pelo site http://www.ubes.org.br/. Até lá, não podemos parar um só instante, passando de sala em sala, escola por escola, construindo coletivamente uma tese que represente a verdadeira vontade dos estudantes, os verdadeiros anseios, desejos e sonhos dessa juventude que tem força e esperança de mudar a escola, o Brasil e o Mundo.★

***Patrick Campos** é militante do PT Pernambuco

Na média: medíocre

*Rodrigo César**

Nas duas últimas edições do jornal *Página 13* analisamos as teses *O Brasil quer mais e melhor*, impulsionada pela chapa *O partido que muda o Brasil* e *Mensagem ao Partido*, defendida pela chapa homônima. Nesta edição, faremos uma avaliação crítica da tese intitulada *PT2013: caminhar com o novo tempo*, da chapa *Partido é para todos*.

De início, é interessante notar que, depois de fazer menção aos chamados "limites do pós-neoliberalismo" e aos "protestos no Brasil", a maior parte do texto é dedicada a apontar o que seus signatários consideram as necessárias "atitudes para um PT à altura desse novo tempo" e a apresentar uma "plataforma para a próxima conjuntura".

Ao menos aparentemente, portanto, a tese reconhece que o olhar do partido deve estar voltado ao futuro para ser capaz de se sintonizar com o "novo tempo".

Consideram que a atmosfera internacional e nacional marcadas por protestos e manifestações de rua "pode fazer com que a renovação das direções partidárias seja algo mais do que a mera substituição de lideranças, reposicionamento de tendências e redefinição de cargos". Mas como é apenas uma possibilidade, "muito terá de ser feito para que logremos vitórias políticas, ideológicas e eleitorais" em 2014.

Porém, para saber se a tese extrai deste aparente sentido geral uma orientação política concreta capaz de proporcionar ao PT as condições necessárias para superar os tais "limites do pós-neoliberalismo", antes cabe indagar como a tese analisa as relações entre o último período, a conjuntura atual e o "novo tempo".

Retrovisor e para-brisa

A esse respeito, é sintomático que se utilize o conceito de pós-neoliberalismo, que não ultrapassa os limites do próprio termo: ele se define não pelo que é, mas pelo que deixou de ser. Apesar de inseri-lo criticamente na discussão, indicando que tem limites, a tese acaba tornando-se dele um refém.

Assim, o Brasil e a América latina seriam pós-neoliberais porque "de um modo geral, capitaneiam um polo de contraposição à hegemonia neoliberal".

É certo que os "protestos que ocorreram no Brasil, tem natureza distinta dos que motivam, principalmente nos EUA e Europa, a sociedade ir às ruas"; que a "dependência financeira, tecnológica e comercial com os Estados Unidos, ainda que não desfeita, é menor que no período FHC"; e que em "contraposição à ALCA, que foi enterrada", criou-se e fortaleceu-se mecanismos de integração latinoamericana e caribenha.

Contudo (e paradoxalmente), ao invés de enaltecer as novas perspectivas abertas pela mudança de rumos da região nos últimos anos, tais afirmações, por não elucidar o novo caminho que está sendo percorrido, acabam contribuindo para se manter os olhos na via que não tomamos, no neoliberalismo que mal aparece no retrovisor.

Neste sentido, apesar de considerar que o chamado "pós-neoliberalismo que ajudamos a construir no Brasil nos últimos 10 anos incentivou parte significativa da massa de manifestantes a ir às ruas"; apesar de citar Dilma, para quem "as exigências mudam quando mudamos o Brasil", é enfatizado o contraste entre o passado e o presente, e não entre o presente e o futuro a ser conquistado.

A ausência de qualquer referência à juventude e à questão geracional quando analisa os protestos no Brasil, quando trata da relação do PT com a sociedade ou quando apresenta uma "plataforma para a próxima conjuntura" confirma a existência de uma séria lacuna na formulação estratégica da tese.

Em relação a esta insuficiência, é igualmente significativa a parte da tese dedicada a apresentar uma "conclusão". Nela, depois de passar cinco parágrafos dedicados ao passado – aos "35 anos de existência" do PT, ao "nosso legado", às lutas das quais "somos

herdeiros", às "marcas muito profundas" que deixamos com os "nomes de programas e políticas de nossos governos" –, sobre o futuro limita-se a dizer: "Mas há muito o que fazer. Isso exigirá rupturas superações e avanços conflituosos. Com apoio popular avançaremos. Essa é a nossa determinação."

Resta saber se, com um retrovisor maior que o para-brisa, será possível conduzir o PT para que esteja realmente "à altura desse novo tempo".

Uma questão de atitude?

É evidente que está em curso uma batalha pela memória a respeito da trajetória recente do país sob três gestões petistas na presidência da república. Abrir mão de disputar esse terreno pode nos custar muito caro.

Mas isso não significa que nele será travada a batalha decisiva. Afinal, a construção de uma narrativa sobre o passado recente ganha significado político somente na medida em que se relaciona os diferentes sentidos históricos pretendidos pelos projetos de sociedade em disputa.

Portanto, o fio da meada se encontra na relação entre o que foi feito e o que ainda deve ser feito. Neste sentido, é a unidade coerente entre estratégia, tática, alianças, programa e organização que possibilita a conjugação entre um discurso sobre a realidade, uma projeção futura e as ações necessárias para levá-las a cabo.

É justamente aí que se encontra a principal debilidade da tese da chapa *Partido é para todos*, assim como das outras que analisamos nas edições anteriores deste jornal.

Afinal, apesar de apresentar um programa de reformas (política, tributária, urbana, agrária, comunicação etc.) para "superar os limites do chamado pós-neoliberalismo", não se percebe que as 12 "atitudes" elencadas para que o PT esteja "à altura dos novos tempos" pressupõem, sobretudo, uma estratégia e um correspondente funcionamento partidário condizentes com o novo momento histórico. Elementos estes que serão necessariamente diferentes daqueles que foram formulados para implementar um projeto que se limitava a superar o neoliberalismo.

Ignorando a necessidade de proceder a uma reorientação mais profunda da política partidária, não se supera a distância entre a "determinação" para avançar e a concretização do avanço, o que abre espaço para inúmeras contradições.

Daí a convivência do acerto em se considerar essencial "incentivar a auto-organização das massas" junto com o equívoco em achar que tal incentivo partirá "de tudo aquilo que é feito e que tem a marca da gestão democrático e popular petista". Ora, não é em torno de programas de governo e políticas públicas que se processa a organização popular, mas sim a partir de demandas, reivindicações, bandeiras de luta e métodos de ação.

Daí a coexistência da proposta de que "o PT deve ter um plano ousado para dialogar com a sociedade" com a ideia de que isso deve servir para falar sobre "seu próprio funcionamento partidário". Ora, a desejada "diferenciação partidária na sociedade" não virá de um discurso propagandístico de autoproclamação ou de "apologia de nossa capacidade de gestão", mas das ações políticas que realizamos, das opiniões que expressamos, das lutas que travamos.

Daí a contradição entre afirmar que nossa militância precisa estar mais próxima dos movimentos sociais organizados, mas omitir-se completamente quanto à um tipo de governabilidade e política de alianças que nos coloca ao lado dos maiores inimigos dos movimentos que lutam pela reforma agrária, pela reforma urbana, pelos direitos da mulher sobre seu corpo, pelos direitos LGBT etc.

Afinal, como angariar "apoio popular", promover "forte pressão social" e com isso garantir a retaguarda social e política necessária nos embates inerentes à luta por um programa de reformas estruturais, se as lutas travadas pelas classes trabalhadoras e setores populares não entram na pauta das instâncias de direção do partido, que é tomada pelos assuntos institucionais?

E como inserir tais debates nos fóruns do partido, organizar e orientar os filiados se os organismos de base, como espaços de formação, articulação e ação prática, são negligenciados pelas direções ou mesmo substituídos pelos aparelhos dos mandatos?

Logo se vê que uma mudança de atitude político-organizativa só terá um sentido concreto se acompanhada de uma nova estratégia política. Em suma, trata-se de reconhecer que o PT ainda precisa incorporar para si mesmo e tirar todas as consequências da ideia de que "as exigências mudam quando mudamos o Brasil".

Neste sentido, as lições deixadas pela trajetória recente do país e do partido ainda não foram inteiramente compreendidas pelo PT. A chapa *Partido é para todos* parece ter assimilado parte delas. No fundamental, porém, não fica acima da média. ★

***Rodrigo Cesar** é militante do PT

O Rio Grande na encruzilhada

*Adriano de Oliveira**

Quatro candidatos inscreveram-se para a presidência do PTRS: Ary Vanazzi, representando as correntes Articulação de Esquerda, Democracia Socialista (Mensagem ao Partido), PT de Lutas e de Massas e Unidade Popular Socialista; Jairo Jorge, representando as correntes Socialismo 21, Construindo um Novo Brasil, Esquerda Popular e Socialista e Movimento PT; Paulo Pimenta, representando o PT Amplo e Democrático (Mensagem ao Partido) e Stela Farias, representando a Esquerda Democrática (Mensagem ao Partido).

O PED no RS polariza-se em dois campos e duas opções estratégicas fundamentais: uma representada por Jairo Jorge e a política do campo majoritário e outra representada pelas candidaturas da AE e Mensagem ao Partido (Vanazzi, Stela e Pimenta). Mesmo divididos no primeiro turno, estas candidaturas manifestam compromisso de unificarem-se no segundo.

Jairo Jorge, nosso adversário, hoje prefeito reeleito da cidade de Canoas, embora oriundo da Mensagem ao Partido, há tempos está distante dos setores mais a esquerda: atacou publicamente o – na época – presidente Olívio Dutra por termos sido contra a aliança com o PPS em sua primeira eleição e a composição pós eleitoral com nosso arqui-inimigo Cezar Buzatto. É permanentemente inflado pelos grandes meios de comunicação como "a esquerda que não tem preconceito com as políticas do PSDB", que defende (contra opinião do governador Tarso e PTRS) construção de presídio privado, amplíssimas alianças eleitorais, defensor conceitual das famigeradas PPP's, participou do "fórum da liberdade" (patrocinado pelo Instituto Millenium – neoliberal) e também como um nome mais "moderno" para encabeçar uma disputa majoritária do partido.

Nunca se viu na história do Rio Grande uma disputa nos padrões que verifica-se agora. Filiações em massa, fortes indícios de cotização irregular de filiados, ataques públicos a direção e dirigentes históricos do partido no estado: tudo apresentado com o slogan "o novo de novo". Decididamente nunca vimos um esforço político e financeiro da magnitude que a candidatura que representa o campo majoritário aqui no RS estabeleceu.

Como afirmamos em nosso manifesto: "Nós temos orgulho do partido que construímos aqui no Rio Grande. Um partido militante, de esquerda, socialista, com vocação hegemônica ao poder e que governa o estado pela 2ª vez, a última com a avassaladora e inédita vitória no 1º turno. Já cometemos grandes erros em outras oportunidades e tivemos a capacidade de realizarmos, não apenas a autocrítica, mas também aprendermos com nossos erros e acertos em nossas definições estratégicas e táticas. O PT do Rio Grande do Sul, com toda sua imprescindível pluralidade, cresceu solidamente em todos os processos eleitorais que disputou."

As conquistas nacionais são vitórias de todo o PT e não de uma tendência ou campo político. Aqui no Rio Grande, contribuímos decisivamente dando vitórias eleitorais expressivas desde as primeiras disputas com Lula à frente, contribuindo com a gestação de um conjunto de programas em nossos governos locais e no governo Olívio que tornaram-se referência para o 1º governo Lula. Continuaremos construindo o PT como sujeitos ativos e críticos, disputando os rumos e defendendo nosso governo federal e a presidenta Dilma.

Agora, perguntamos: por que nunca vencemos a eleição ao governo dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais? Qual é mesmo a situação do partido nestes estados onde a política do autodenominado campo majoritário é hegemônica? Nós somos aqueles que fomos contra a proposta de apoiar o PMDB para o governo do estado do Rio Grande do Sul na última eleição e somos aqueles que estarão ao lado da militância, contra os que querem que o PT apoie o PMDB no Pará, no Maranhão e no Rio de Janeiro nas próximas eleições.

Nós achamos que é urgente e necessário renovar e atualizar o programa, a linha política e as direções do partido. Em todos os níveis. A começar pela direção nacional. Implementar as resoluções do IV Congresso, incorporando a participação qualificada das mulheres, negros e juventude. Construir o V Congresso como um momento verdadeiro de debate e correção de rumos. Preparar as condições para construirmos a vitória e mais um ineditismo: o de reeleger um governador pela primeira vez na história do RS, nosso companheiro Tarso Genro lado a lado com a companheira Dilma.

Aliás, essa é a tarefa prioritária. É preciso deixar claro que Tarso Genro é o nosso candidato assim como a presidenta Dilma Roussef; que a vaga ao senado e a vice-governador são prioritariamente para consolidar nossa aliança e serão oferecidas aos aliados e que a agenda de 2018 (Jairo Jorge já foi lançado como pré-candidato em 2018) é um debate inconveniente em um momento que estamos ajustando a tática para vencer em 2014. Já no plano nacional o PT precisa dar uma resposta à sociedade brasileira sobre os erros políticos que foram cometidos e que resultaram na ação penal 470.

O PT do Rio Grande do Sul precisa continuar sendo uma referência de esquerda para os trabalhadores e para o movimento social no Rio Grande do Sul. Os petistas gaúchos que sempre polarizaram com a direita conservadora deste estado não vão se deixar levar pela querela de um novo velho, que é o requentamento da velha estratégia de coalizão com a direita e de domesticação do PT. Para tanto, mais do que nunca, é Valter Pomar presidente nacional e Ary Vanazzi presidente do PTRS. Por que A Esperança é Vermelha. Não passarão. Venceremos!★

*__Adriano de Oliveira__ é Secretário de Formação do PTRS e membro da Direção Nacional da AE

Paraná, na Luta Socialista

O PED 2013 no Paraná terá a disputa de 4 chapas para o diretório estadual do Partido. A chapa "O Partido que muda o Brasil" representa a composição majoritária da atual direção do PT-PR, sendo encabeçada pelo deputado estadual Ênio Verri (CNB); "Por um novo ciclo da revolução democrática no Paraná" é a chapa apresentada pela Mensagem ao Partido, tendo o deputado federal Dr. Rosinha como candidato a presidente; a chapa "Constituinte, Terra, Trabalho, Soberania", composta por independentes e pela corrente O Trabalho, que tem como candidato a presidente o jornalista Roberto Elias Salomão, membro do Fórum Paranaense pelo Resgate da Memória, Verdade e Justiça; e a chapa "Luta Socialista" é formada pela Articulação de Esquerda e Militância Socialista, da qual faz parte o candidato a presidente Ulisses Kaniak, presidente do Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR).

A disputa no Paraná é fortemente influenciada pelo calendário eleitoral de 2014, onde o PT tem reais chances de liderar uma campanha vitoriosa para o governo do Estado. A chapa Luta Socialista defende a construção de um projeto político popular e democrático, junto aos movimentos sociais, com candidatura própria do PT ao governo do Estado, rechaçando a opção de aliança para apoio a um candidato de fora do Partido, como ocorreu em 2010, quando o PT apoiou o então senador Osmar Dias (PDT).

Luta Socialista em disputa pelo PT Curitiba

A chapa Luta Socialista também está na importante disputa pela direção do diretório municipal de Curitiba, que terá 5 chapas e 4 candidatos a presidente. As chapas são "Construção pela Base de Luta e Independente" (CNB/independentes/DS/Base e Luta, presidente José Alves Afonso Filho (Zuca/CNB)), "Luta Socialista" (MS/AE, presidente Augusto Franco (MS)), "Novos caminhos. Constituinte por Terra, Trabalho e Soberania" (CNB/O Trabalho, presidente Natalino (CNB), apoiada pelo deputado federal André Vargas), "O novo sempre vem: orgulho de ser PT" (CNB/Sindicalistas, presidente José Geraldo Vasconcelos (Zezinho, CNB), apoiada pela vice-prefeita Mirian Gonçalves) e "O Partido que muda o Brasil e Curitiba" (CNB/Movimento PT/MAIS, apoiada pelo deputado federal Ângelo Vanhoni, que apóiam Zuca para presidente municipal).

Em Curitiba, salienta-se a divisão interna da corrente Construindo um Novo Brasil (CNB), que teve 4 ramificações entre as chapas e três candidatos a presidente. No processo de formação de chapas houve a tentativa de construção de unidade entre setores minoritários da CNB, juntamente com grupos independentes e ligados ao sindicalismo. Entretanto, prevaleceu a divisão e a avaliação das correntes Articulação de Esquerda e Militância Socialista de manter a chapa municipal consonante à formação estadual, constituindo o único bloco sem a participação de membros da CNB em Curitiba.

A chapa Luta Socialista defende que o PT Curitiba deve ter um projeto partidário que vá além do personalismo que tem marcado a atuação do partido nos processos recentes. Especialmente pela participação no atual governo municipal, com a vice-prefeita Mirian Gonçalves (CNB), o PT precisa defender claramente um projeto político popular e democrático para Curitiba.

No Diretório Zonal Boa Vista, a chapa Luta Socialista tem como candidata a presidente Lauren Machado Pinto, da Articulação de Esquerda, em disputa com as chapas "O Partido que muda o Brasil" (CNB, presidente Natália dos Santos da Silva) e "Mensagem ao Partido" (DS, sem candidatura a presidente). ★

Gleisi, Bernardo, Vargas: como sofre o PT do Paraná

Existe esperança em SP

No estado de SP, são nove as chapas e cinco as candidaturas a presidente estadual do PT-SP que se apresentaram na disputa do PED 2013.

As chapas são as seguintes:

- **A Esperança é Vermelha** : composta pela Articulação de Esquerda e simpatizantes
- **Construindo um Novo Brasil**: a chapa da CNB e PTLM
- **É pela esquerda que queremos São Paulo**: composta pela Militância Socialista e simpatizantes
- **Mensagem ao Partido**: da tendência de mesmo nome
- **Novo Rumo**: da tendência de mesmo nome
- **Partido é para todos, na luta SP**: composta pelas tendências Movimento PT e Esquerda Popular Socialista.
- **Terra, Trabalho e Soberania**: composta pela tendência O Trabalho
- **Unidade na Luta**: composta por setores dissidentes da CNB "oficial"
- **Virar à Esquerda! Reatar com o Socialismo!:** composta pela tendência Esquerda Marxista e simpatizantes.

As candidaturas apresentadas são as seguintes:

- **Licio Lobo:** da Articulação e Esquerda, apoiado pela chapa "A Esperança é Vermelha".
- **Carlão:** da Militância Socialista, apoiado pela chapa "É pela esquerda que queremos São Paulo"
- **Misa Boito:** de O Trabalho, apoiada pela chapa "Terra, Trabalho e Soberania".
- **Miranda:** da Esquerda Marxista, apoiado pela chapa "Virar à Esquerda! Reatar com o Socialismo"
- **Emidio:** da CNB, apoiado pela CNB, PTLM, Novo Rumo, MPT, EPS e setores da Mensagem ao Partido.

No fundamental, no que é propriamente "paulista" mas incide decisivamente na conjuntura nacional, o debate do PED em SP se trava em torno da estratégia que comandará a tentativa que o PT-SP fará em

Lício Lobo, candidato a presidente do PT-SP

2014 de conquistar pela primeira vez o governo do estado.

Como temos afirmado, é fundamental para o PT que o segundo Dilma seja superior ao primeiro, guiado por uma inflexão estratégica que coloque no centro a luta pelas reformas estruturais no país e seja sustentada por uma coalizão de forças políticas coerente com esta dimensão programática fundamental.

Deste ponto de vista, ganhar bem em SP é um impulso imprescindível para esta mudança na correlação de forças que possibilite este segundo mandato superior.

São Paulo é o ninho dos tucanos. É aqui que devemos impor uma derrota contundente e inesquecível ao PSDB em 2014.

Por isso, o PT paulista precisa ter candidatura própria e forte para governador, deputados estaduais e federais e ao senado, mas principalmente uma militância valorizada, mobilizada e politizada nas ruas.

Como sabemos, o PT de SP é muito influenciado pela noção de partido dependente dos mandatos, figuras públicas e máquinas burocráticas, afastado de suas bases e dos movimentos sociais.

Em certo sentido, esta é a lógica dominante que preside a candidatura do companheiro Emídio, ex-prefeito de Osasco "ungido" com a interferência direta de Lula após uma disputa no interior da própria CNB, logrando soldar um arco de forças políticas para além daquela tendência. Assim, grande parte das tendências, inclusive a Mensagem ao Partido, abriu mão de apresentar uma candidatura a presidente estadual do PT, com seu candidato a presidente nacional do PT apoiando abertamente a candidatura da CNB em SP.

Deste modo, o que se afigura é uma tentativa de reeditar com uma nova roupagem a receita que presidiu a gestão que se encerra, com um compromisso frágil em torno de uma direção pretensamente "unitária", contemplando um amplo espectro de forças, porém sem nenhuma diretriz programática mais nítida, antes pelo contrário com uma enorme heterogeneidade política e programática.

A chapa A Esperança é Vermelha e a candidatura do companheiro Licio Lobo tem procurado afirmar a necessidade de uma outra postura da direção do PT de São Paulo, que privilegie a construção de sínteses a partir do debate político e não a tentativa de sufocar este debate a partir de uma falsa acomodação a priori nos espaços de direção.

Este "modus operandi" que tem predominado no PT de São Paulo há vários anos é em grande parte responsável pela fragilidade e falta de vigor do partido na oposição aos governos do PSDB, inclusive porque há dentro do partido vários setores que ou arrastam a asa para o tucanato ou não apostam num partido militante com clareza política e ideológica.

Por exemplo, é inaceitável que a liderança da bancada petista na capital preste solidariedade ao vereador tucano Andrea Matarazzo, quando este é submetido a processo de investigação sob suspeita de participação no processo do "propinoduto" dos governos tucanos em conluio com as grandes empresas multinacionais que fraudaram licitações no Metrô e CPTM através da formação da cartéis.

Para ganhar a batalha das urnas será necessário encarar com decisão e determinação a batalha das ruas, sintonizados com os novos tempos: combinando mobilização social com organização partidária, investindo na formação política de novos quadros, principalmente na juventude.

É sob esta bandeira que travamos a batalha do PED em SP, defendendo nossas chapas e candidaturas A Esperança é Vermelha nacional, estadual e em vários municípios importantes do estado.

Direção Estadual da AE-SP

Basta de complacência

Renam Brandão*

Cada dia junto destes senhores pesa contra o PT

Se é verdade que o nosso partido como um todo precisa dessa reorientação, para o PT do Rio de Janeiro os desafios são ainda maiores. A era Cabral no governo do Estado do Rio de Janeiro, está sendo marcada pela priorização dos investimentos públicos, em sua maioria do governo federal, para favorecimento das empreiteiras e da especulação imobiliária, através de uma lógica perversa de planejamento para as grandes obras, deixando à míngua áreas como a da saúde e educação, áreas que são tratadas com politicas privatizantes via OSs, arrocho salarial dos servidores, modelo de gestão e metodologias autoritárias, próprias da tecnocracia neoliberal. Aproveitam-se dos Jogos Olímpicos, das copas das Confederações e do Mundo para justificar essa política. As relações nada republicanas que o governador mantém com os donos da construtora Delta, por exemplo, não são meras coincidências. Essa política, igualmente executada pela prefeitura do Rio, teve seus ingredientes correlatos com as remoções arbitrárias de pessoas, licença ambiental concedida à toque de caixa, a privatização do Maracanã.

Para completar sua obra, Cabral ou tem bancado de ditador na área de segurança pública e direitos humanos, ou perdeu o total controle sobre Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A brutal repressão às manifestações populares não são apenas contra o que eles e a grande mídia chamam de vândalos, mas intentam dispersar os manifestantes com ações violentas da PM contra todos. A polícia está longe de ser pacificadora, como demonstram a invasão da Maré com homicídios de inocentes, os casos de ameaças de mortes contra jovens nas favelas e o sumiço do pedreiro Amarildo, cuja investigação policial já aponta para sua morte, antecedida , pasmem, por tortura que teria sido praticada numa unidade da polícia "pacificadora". Qualquer semelhança com práticas ocorridas na Ditadura não é mera coincidência.

O Rio de Janeiro foi um dos principais palcos das grandes manifestações populares que varreram o Brasil desde junho. Aqui os acontecimentos ocorreram com mais radicalidade e maior número de pessoas nas ruas. Além das motivações que unificaram os protestos nacionalmente, como por exemplo, a crise da mobilidade urbana, das políticas públicas para a saúde e educação, da representação política, já analisadas em diversos textos de variadas correntes petistas, essas variáveis específicas aqui expostas explicam uma maior fúria popular contra Eduardo Paes e Sérgio Cabral. O fato novo é a entrada de setores da classe trabalhadora no processo de luta de massas, notadamente a categoria dos professores, cuja base da capital realiza uma das maiores greves de sua história. E é aí que as coisas se complicam ainda mais, pois os governos do PMDB dobram a aposta no autoritarismo, na falta de diálogo e na brutalidade da ação policial. O final de setembro e início de outubro indicam que teremos mais um mês de luta! É uma oportunidade de fazer um outubro vermelho para os debates do PED.

A aliança do PT com o PMDB aqui no Rio de Janeiro, que não possui base programática, é um fiasco político que desacredita o PT perante a classe trabalhadora e a população em geral. O elemento novo é a decisão do PT em retomar o seu próprio projeto com o lançamento da pré-candidatura do senador Lindbergh Farias ao governo do estado para disputa de 2014, o que por óbvio atiçou a ira do PMDB. Mas é importante afirmar que, pelas razões aqui expostas e por conta dessa aliança, o nosso partido vem enfrentando amargas contradições com desgaste ainda maior dos nossos laços políticos com os movimentos sociais.

Por isso é urgente o partido coletivamente romper com essa aliança. Quanto mais o tempo passa, nossas diferenças programáticas e ideológicas com o que está aí podem ser identificados pela população como demagogia e oportunismo. Temos que combinar propostas de ação com atitudes concretas, principalmente nesse momento efervescente em que o povo está mais exigente, atento à política e indo às ruas.

O forte potencial eleitoral da pré-candidatura do senador Lindbergh certamente pode colaborar com uma mudança de estratégia do PT no país. Trata-se portanto de neste pede preparar o PT para travar a disputa política de ideológica para o nosso estado e para o Brasil. As novas direções eleitas no Rio terão a tarefa construir a reeleição da presidenta Dilma num patamar que permita realizar um segundo mandato superior ao primeiro, bem com consolidar e enraizar a candidatura própria de Lindbergh para o governo do Rio de Janeiro. Essa nova política passa necessariamente pela capacidade do PT reatar a suas relações com os partidos do campo democrático e popular e com os movimentos sociais. Passa ainda por um programa de governo cuja construção seja aberta à participação não só de filiados ao PT, mas também de intelectuais, de militantes dos movimentos sociais.

Um programa para governar o estado do Rio de Janeiro, deve priorizar a população e regiões mais pobres, com a execução de política que garanta saúde e educação de qualidade e retome a administração estatal das unidades com realização de concursos públicos para substituir as OSs, segurança pública articulada com os direitos huma-

nos, mobilidade urbana que favoreça o trabalhador, moradia digna com infraestrutura completa, política agrária com incremento a agricultura familiar e a consequente alimentação mais barata e mais saudável, política ambiental realmente sustentável e uma gestão democrática com participação popular.

Para executar essa nova política o PT precisa reativar suas instâncias e sua capacidade dirigente com a renovação de sua direção. Uma renovação que aponte para a superação do quadro de degeneração partidário, onde dirigentes priorizam acordos de gabinetes em detrimento das posições históricas, ideológicas e programáticas. O PT do Rio de Janeiro precisa de gás novo, militante e com compromisso efetivo com a nossa luta socialista no Brasil e no mundo.

Alinhados com essas posições, vários segmentos do partido estão unidos num campo político e em movimento que deve ir além do PED. São coletivos, tendências, mandatos parlamentares, núcleos e militantes independentes que constituíram a chapa UM NOVO TEMPO para a direção, conselho de ética e delegação estadual. Nesse processo estamos forjando algumas identidades importantes, na adversidade e no compromisso com o PT. O grande consenso entre nós é que precisamos mudar a estratégia do Partido dos Trabalhadores. Sintetizamos em três bandeiras para discutir com a militância:

- Lutar pela democracia (interna ao PT e na sociedade);
- Ter compromisso programático (ao qual devem se subordinar as alianças); e
- Promover uma política que possibilite a renovação e a reinvenção do PT para as novas e antigas tarefas.

E já começamos a colher frutos de nossa caminhada insistente pelo rompimento com as políticas autoritárias e antipopulares do PMDB no estado. A conjuntura efervescente colabora efetivamente para reascender a chama de luta e a identidade petista. Nessa conjuntura eixos são deslocados e a cada dia mais setores do Partido vão se somando pelo rompimento com Cabral e Paes. Consideramos que a nossa participação nesse processo tem sido relevante, tanto pelas pressões iniciais, quanto pelo esforço e colaboração para a integração dos mais diversos setores. Para nós, é com a política no comando que o conjunto do partido seguirá tendo o horizonte de reverter a trajetória decadente e de retomar a construção democrática do PT, pela esquerda e na luta.

As Jornadas de Junho (que no Rio não ficaram apenas em junho) apresentaram a possibilidade de um novo horizonte para a esquerda. Insistimos: na construção dessas novas esperanças o Rio de Janeiro tem papel central. Aqui temos uma pré-candidatura competitiva e precisamos reverter a tendência dos últimos anos de ver nosso partido submetido aos desígnios do PMDB de figuras como Picciani, Sergio Cabral e Eduardo Paes. Basta! O Rio de Janeiro das maiores manifestações deste ano merece que o PT retome sua coerência e reate com os movimentos sociais, sendo capaz sobretudo de ouvir e dialogar com as novas demandas e atores em luta. Um PT seja capaz catalizar as demandas populares, ajudar a organizar e a generalizar as lutas sociais. Aqui em nosso estado estão grandes riscos e grandes oportunidades. E nós que temos A Esperança Vermelha pretendemos criar condições para colaborar com mudanças nacionais: o PT do Rio de Janeiro precisa e nós estamos construindo Um Novo Tempo. ★

***Renam Brandão** é candidato à presidente estadual do PT RJ

Renam Brandão, candidato a presidente estadual do PT-Rio de Janeiro

Coerência petista

Marco Aurélio, Eduardo Leal**,*
*Geraldo Vitor e Simeão de Oliveira****

Neste ano de 2013, mais uma vez, os filiados do Partido dos Trabalhadores vão às urnas escolher as novas direções partidárias, no nosso Processo de Eleições Diretas – o PED 2013.

O PT é o único partido do país que usa o método de escolha direta de seus dirigentes, com o voto de todos os seus filiados, observando-se critérios regimentais de participação em atividades partidárias, prazos de filiação e pontualidade com as contribuições estatutárias.

Este método, foi adotado pelo PT na intenção de proporcionar maior participação e democracia. Porém, na verdade, vícios de procedimento se evidenciaram com a diminuição decorrente dos debates e repetição, pura e simples, do processo eleitoral tradicional, aonde as massas de eleitores são levadas por suas lideranças para depositarem seu voto nas urnas, a famosa prática no partido das "garrafinhas".

Em Minas Gerais, somado a um pragmatismo acima dos limites, esse procedimento levou o PT a uma paralisia político-partidária que o distanciou principalmente dos movimentos sociais.

Os dirigentes do partido em Minas Gerais, nos últimos anos, exacerbaram o chamado pragmatismo político-eleitoral, confundindo a população e afastando os militantes das lutas e disputas ideológicas na sociedade.

A confirmação de filiações de pessoas com mandato eletivo, oriundas de partidos de centro, centro-direita e daqueles com nítida crise de identidade como o PPS, sem a necessária discussão com a militância, levou a um desequilíbrio na correlação de forças no partido, acentuando cada vez mais a detestável conta das garrafinhas, de modo a estimular ainda mais as filiações em massa.

O pragmatismo das principais lideranças do partido em Minas, cuja semente germinava desde início da década de 2000, progrediu em 2002 com a eleição do tucano Aécio Neves e acelerou a partir de 2005, com a chamada boa convivência institucional entre o governador do Estado e o prefeito de Belo Horizonte, supostamente em benefício da capital. Além disso, esse pragmatismo dúbio já havia criado seu primeiro fantasma: "o lulécio".

Deputado Rogério Correia, candidato a presidente estadual do PT-Minas Gerais

Cabe aqui um parênteses nesta análise. Minas Gerais é conhecida, no país inteiro, pelas suas riquezas naturais, sua cultura, suas cidades históricas, sua culinária e a suposta esperteza de suas chamadas raposas políticas.

Acontece que as tais raposas políticas eram, são e sempre serão as elites da direita mineira. E a maioria dos dirigentes petistas em Minas quis se igualar e se aliar a elas, se esquecendo que nossos aliados históricos e principais são o povo e os movimentos sociais.

Assim, com graves consequências, o PT mineiro caiu em uma cilada terrível. Deixou de cumprir seu papel histórico de oposição ao governo tucano. Afastou-se da militância. Abdicou da disputa político-ideológica na sociedade. Confundiu a população com a ridícula aliança com o tucano Aécio Neves nas eleições municipais de 2008. Tudo somado, rendeu ao partido, em 2010, a derrota de Dilma para Marina e Serra em BH.

Nesse contexto, o PT se afastou das lutas sociais e sindicais. Não deu o devido apoio às lutas dos trabalhadores do ensino no Estado. Não se juntou aos eletricitários contra o desmantelamento da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig. Omitiu-se diante da falta de investimentos, e mesmo do desvio de recursos, pelo governo do estado na Saúde e nos serviços públicos em geral. Virou as costas à precarização e terceirização na Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa. Manteve-se longe das lutas do funcionalismo público estadual. Contra a criminalização dos movimentos sociais pelo demo-tucanato mineiro, não se manifestou com a firmeza e a contundência exigidas.

Em relação às recentes manifestações pelo passe livre, que a partir de São Paulo se espalharam pelo país, também houve manifestações em Belo Horizonte e cidades do interior mineiro. No entanto, o Diretório Estadual, reunido no dia 15 de junho, no auge dos acontecimentos, não aprovou, portanto, não divulgou uma única linha para a sociedade sobre o movimento. Calou-se.

Internamente o partido praticamente deixou de funcionar. Pode se contar nos dedos o número de reuniões do diretório estadual e a executiva se transformou em um tribunal de querelas internas.

Resgatar o PT para um projeto democrático e popular

Com todas suas diferenças, dentro do denominado Movimento Coerência Petista, a maioria da esquerda partidária do PT em Minas Gerais promete sair unida em torno da candidatura do companheiro Deputado Estadual Rogério Correia à presidência do PT. ⇨

➪ Formado por militantes independentes, Articulação de Esquerda, Resistência Socialista de BH, Esquerda Popular Socialista e Militância Socialista, o Movimento Coerência Petista surgiu em oposição à aliança na capital com os tucanos em 2008. Revigorado com o movimento pela candidatura própria em BH nas eleições municipais de 2010, aposta na construção de um novo programa dirigente para o PT mineiro.

Queremos que os rumos do PT sejam definidos com a militância e os movimentos sociais. O PT de Minas Gerais, para ser resgatado, tem de voltar a ser de lutas, democrático, transparente e com unidade na ação militante e dirigente. Tem de reconstruir suas instâncias de direção: diretório, executiva e setoriais em pleno funcionamento com respostas e posições frente às demandas da sociedade e dos movimentos sociais e sindicais.

É preciso que o PT se fortaleça com os debates no PED e saia unificado com a militância e os movimentos sociais na construção de um projeto democrático e popular para a disputa do governo do estado em 2014.

Assim, é preciso que o PT, após o PED, se posicione claramente pela candidatura própria em Minas, sem ambigüidades, sem tergiversar. E que seja uma candidatura da militância e dos movimentos sociais e sindicais. E com eles construamos nosso programa de governo. Um programa que se contraponha claramente à receita demo-tucana neoliberal do chamado choque de gestão e tenha um claro posicionamento político-ideológico de esquerda. Valorizador dos serviços e do funcionalismo públicos. Com clara prioridade para os investimentos maciços na Saúde, Educação, Segurança, agricultura familiar, reforma agrária e seja um indutor das políticas sociais do governo Dilma no estado.

Acreditamos que podemos, através deste PED, debater, conscientizar e convencer os companheiros do PT para esta empreitada. Temos todas as condições necessárias para ganhar as eleições de 2014 e implementar um governo democrático e popular no nosso estado.

Para isso precisamos ser de novo os construtores de nossa história em Minas Gerais.★

***Marco Aurélio Moreira Rocha** é da Executiva do PT-BH e integrante da direção nacional da AE. ****Geraldo Vitor de Abreu** é dirigente nacional do PT. *****Eduardo Soares Leal e Simeão Celso de Oliveira** são militantes do PT-MG.

O que divide o PT em Pernambuco

*Múcio Magalhães**

O PT em Pernambuco atravessa uma quadra difícil da sua história. Desde antes das eleições de 2012 e até hoje, as diversas tendências internas se movimentam a partir da posição política que adotam quando o assunto é relação com o governador Eduardo Campos.

Na disputa da prefeitura é inegável que diversos grupos do PT fizeram a campanha do PSB e contribuíram para a derrota do PT. Meses após a eleição trabalharam para que o PT sofresse sua segunda derrota política, que foi compor o governo do PSB em troca de uma secretaria de segunda importância. Outros se engajaram na campanha do partido, e pagaram o preço da opção durante a campanha e depois, a exemplo da Articulação de Esquerda que defendeu a não participação e não aceitou discutir a "divisão dos cargos" na dita secretaria oferecida ao PT.

Dirigentes partidários não tem o menor pudor em defender Eduardo Campos em qualquer situação. Exemplos bizarros não faltam, do tipo Lula ser atacado publicamente por um petista após a mídia divulgar que Lula considerava uma ingratidão o comportamento do governador. Outro diverge da posição da Executiva Nacional na discussão da entrega dos cargos, por considerar que é preciso conversar mais e manter a aliança com o PSB etc. Para estes petistas, o PT é o alvo, que atacam para defender suas estranhas relações com Eduardo Campos.

Esta polarização é o que demarca os campos na eleição interna. Os que defendem a autonomia do PT se alinharam em torno do manifesto "compromisso com os petistas e com os pernambucanos", assinado pela AE, CNB, EPS e a parte da Mensagem ao Partido composta por João Paulo e alguns grupos. Esta aliança interna se desdobrou na chapa ao Diretório Regional que leva o mesmo nome do manifesto e na candidatura a presidente de Bruno Ribeiro, advogado ligado aos trabalhadores rurais através da FETAPE e internamente ao PT, ligado a CNB.

O outro campo agrupa a maioria da Mensagem ao Partido, com destaque para a DS, grupos locais da CNB, o PTLM, o MAIS, o MPT. Lançaram a deputada estadual Tereza Leitão, que se reivindica nacionalmente da CNB, mas no estado rompeu com esta tendência. Na disputa do Diretório Regional, lançaram várias chapas, como tática eleitoral e para cada grupo "mostrar seu peso".

Além das chapas principais, concorrem as de O Trabalho e de um pequeno setor da CNB.

A polarização se repete na capital e em praticamente todas as cidades do estado, e o PED certamente será uma disputa acirrada, sobre temas que dizem respeito ao posicionamento do PT sobre o governo do estado, nas eleições 2014, e que tipo de organização e funcionamento partidário são necessários para enfrentar as tarefas da conjuntura. Estamos, portanto, dentro de uma luta cujo desenlace será crucial para o PT em Pernambuco.

A Articulação de Esquerda participa deste PED assumindo seu lugar na linha de defesa de um partido cujas instâncias funcionem, que não vacile na preservação da autonomia partidária na relação com governos e aliados, busque reatar os laços com os movimentos sociais, e se organize para intervir com toda força na batalha para reeleger Dilma e no plano estadual esteja pronto para o mais difícil cenários, mas possível de se configurar, que é lançar candidatura própria para governador.

Do ponto de vista das chapas para o Diretório Nacional e presidente nacional do partido, Rui Falcão e Paulo Teixeira tem votos em várias chapas e a AE tem avançado na sua organização para conquistar o maior número de apoios para a chapa "A Esperança é Vermelha" e para o camarada Valter Pomar.

Para que o partido que defendemos exista em alguma medida, é cada vez mais indispensável a presença de uma forte corrente socialista no seu interior e participando da sua direção. Este PED renova o desafio de manter os espaços da esquerda socialista no PT, e a AE de Pernambuco contribuirá para que alcancemos nacionalmente esta meta fundamental.★

***Múcio Magalhães** é da direção nacional da AE e militante do PT Pernambuco

O Partido é a militância

*Jorge Braga**

O Partido dos Trabalhadores vive na Bahia um momento delicado. À partir da conquista do governo estadual pelo partido, em 2006, ocorreu uma excessiva centralização no controle da máquina partidária. Os rumos estratégicos e decisões partidárias estiveram sempre submetidas ao governo.

O governo por sua vez, se caracteriza por alianças de diversas matizes e um distanciamento cada vez maior de sua base de apoio. Em diversas cidades do interior, militantes do partido foram escanteados em troca de apoios cada vez mais escusos e incertos.

Na eleição para a prefeitura de Salvador, este *modus operandi* atingiu seu ápice. Sem nenhuma consulta às bases, à sua militância, a cúpula partidária escolheu o candidato, como também conformou uma aliança com mais 14 partidos(PR, PDT, PSDC, PP, PSB, PC do B, PMN, PPL, PTC, PT do B, PRP, PSD, PTB e PHS). É visível que a consistência programática de tal aliança era equivalente à de uma geléia.

O resultado: uma militância desanimada e uma capanha recuada do ponto de vista programático e ideológico. Hoje, salvo o PSB e o PC do B, todos "aliados" compõem a base de apoio do atual prefeito.

O PED é o momento para rediscutirmos as questões internas no partido, seu programa e sua estratégia. Primeiro fortalecer a democracia interna, com o respeito às instâncias do partido e às correntes minoritárias e militantes independentes. É necessário também recolocar os parlamentares e executivos sob a fiscalização e orientação do partido, para que mantenhamos a linha programática e ideológica definida pelo conjunto dos militantes. O financiamento partidário também deve ser alvo de discussão, pois o partido não pode depender nem do financiamento privado, nem do financiamento público. O financiamento pelos militantes, através de atividades de arrecadação e contribuições periódicas, deve ser a mola mestra de nossa independencia política.

Hipólito de Brito, candidato a presidente do PT Bahia

Segundo, mas não menos importante, a reafirmação de um programa socialista, radicalmente democrático e transformador. A realização de reformas estruturantes, tal qual a reforma política, a reforma agrária, a reforma urbana e tantas outras, devem ser a prioridade. Por fim, a discussão da estratégia política deve passar inevitavelmente pela reformulação da política de alianças partidárias, da necessidade formação política continuada dos filiados e militantes e da criação e utilização de uma mídia de massas.

Neste sentido buscamos uma discussão programática a respeito do PED, junto ao Coletivo 20 de Novembro, reagrupar parte da militância que tem rejeitado as políticas atualmente implementadas e participar ativamente das discussões internas do partido. Com o apoio de diversos independentes, formamos a chapa "O Partido é a Militância", que terá como objetivo fortalecer os diretórios municipais, zonais e setoriais onde atuar, reativar e fortalecer a nucleação da militância e ajudar reconstruir o caminho socialista do partido.

Seguindo este mesmo ideal, candidatos a presidente foram lançados nos municípios de Salvador, Simões Filho e Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador e Aratuípe, Jaguaripe, Nazaré e Sapeaçu, no Recôncavo. Em Salvador, a chapa municipal "O Partido é a Militância" escolheu como representante para a presidência municipal o companheiro Germino Borges, liderança sindical petroleira, professor da rede municipal e estadual e fundador do PT na Bahia. Em Simões Filho, a companheira Rosemeire Ornellas, militante do partido e militante de movimentos populares. Em Camaçari, apoiamos o companheiro Augusto de Paula, advogado defensor dos movimentos sociais e fundador do partido no município. Nas cidades de Aratuípe, Jaguaripe, Nazaré e Sapeaçu os candidatos são Edenilson dos Santos, Professor Júlio, Etelmar e Maria de Lourdes, respectivamente.

Retomar as atividades partidárias, fortalecer a participação e democratizar as decisões, intensificar a formação política e reaproximar o partido dos movimentos sociais. Essas causas só são possíveis de ser realizada com um partido forte, uma militância aguerrida e comprometida com seus ideais. O partido precisa voltar a se organizar junto ao povo e suas bases. "O Partido é a Militância".★

***Jorge Braga** é militante do PT-BA e representante da chapa "O Partido é a Militância"

Mudar o PT para Mudar Sergipe!

A partir de 2006, com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao Governo do Estado, Sergipe atravessa um expressivo desenvolvimento econômico e social. A política petista permitiu que, nos últimos sete anos, milhares de famílias sergipanas saíssem da situação de miséria e pobreza extrema, sendo atualmente o estado do Nordeste com menor taxa de vulnerabilidade e extrema pobreza. O estado assiste também a um crescimento nos postos de trabalho, na qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras e na expansão e interiorização do ensino superior universitário.

Porém as conquistas e avanços obtidos nos últimos anos em nosso estado não podem nos cegar nem nos imobilizar. Afinal, se é inegável que as condições de vida dos sergipanos e das sergipanas são bem melhores depois que o PT chegou ao Governo do Estado, Sergipe continua sendo desigual, com uma série de direitos ainda não sendo garantida de forma plena à totalidade da população.

Não podemos deixar de fazer a crítica também à ausência de prioridade do Governo de Sergipe com os trabalhadores e as trabalhadoras que, constantemente, têm os seus direitos negados pelo Governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores. Situação que é incompatível com a história e os compromissos do PT.

Outra auto-crítica que o Partido dos Trabalhadores não deve deixar de fazer diz respeito a uma equivocada política de alianças com setores conservadores e reacionários da política estadual. Alianças que frearam a possibilidade de mais conquistas e direitos para o conjunto da população. Essa opção, criticada desde o princípio pela Articulação de Esquerda, teve também como consequência o crescimento de um sentimento "anti-petismo", que é apropriado pela direita do nosso estado e expresso, por exemplo, na eleição do Democratas (DEM) para a Prefeitura de Aracaju no último ano.

Agora, com a aproximação das eleições para o Governo do Estado, grupos políticos com projetos distintos, opostos, ao historicamente construído pelo Partido dos Trabalhadores buscam se apresentar como alternativas para a condução do nosso estado. Esses grupos se apresentam como "novidade", mas, para nós, são apenas repetição de uma política arcaica que atuam na contramão dos direitos conquistados pelo povo nos últimos anos.

Esse cenário impõe ao PT uma série de desafios e tarefas que nos façam caminhar na radicalização da democracia e na construção de um projeto democrático e popular em Sergipe. Isso tudo articulado a uma nova estratégia partidária para Sergipe e para o Brasil. Em outras palavras, uma estratégia socialista que articule luta social, luta institucional e construção partidária.

Diante desse cenário, a Articulação de Esquerda – tendência socialista do Partido dos Trabalhadores, lança a chapa "Vamos Mudar o PT para Mudar Sergipe" e se apresenta como uma alternativa socialista, democrática e popular para as mudanças do PT com vistas à mudança de Sergipe.

Ana Luta!

Para coordenar e impulsionar o necessário processo de mudanças nos rumos do Partido dos Trabalhadores em Sergipe, a Articulação de Esquerda encaminhou o nome da companheira Ana Lúcia para a Presidência Estadual do PT.

Militante fiel ao programa e às propostas do PT, Ana Lúcia é uma liderança ativa na política sergipana, com experiências no Executivo e no Legislativo e com vivência ao lado dos movimentos sociais, sindicais e populares. A sua história sempre foi marcada pelo diálogo e construção permanentes com os movimentos sociais, os sindicatos e as organizações populares. Ao mesmo tempo, Ana Lúcia nunca se furtou em criticar publicamente os desvios e erros do partido, com o objetivo único de fortalecer o próprio PT.

São algumas das nossas propostas: Respeito à diversidade e à pluralidade interna do PT; Fortalecer a democracia participativa, incentivando e estimulando a participação da juventude, das mulheres, dos negros e negras e da população LGBT nos espaços e instâncias decisórias do partido; Impulsionar o processo de formação política dos filiados e filiadas; Estimular a realização de reuniões abertas e ampliadas do Diretório Estadual, com divulgação prévia das pautas, e realização de reuniões, plenárias e atividades regionais pelo interior do estado, envolvendo Diretórios e militantes do PT de diversos municípios; Criar instrumentos de comunicação do PT tanto internos quanto externos; Estabelecer uma política cultural do PT que dialogue com a sociedade, por meio de atividades e projetos artísticos-culturais; Promover, na perspectiva da educação política, campanhas públicas e periódicas de filiação ao Partido dos Trabalhadores; Impulsionar a realização de atividades e campanhas do PT Sergipe em defesa da qualidade dos serviços públicos e pela garantia dos direitos sociais e das reformas essenciais em nosso estado.

Disputar e transformar Aracaju

Na capital sergipana, os desafios também são inúmeros, especialmente a partir deste ano, em que a cidade é governada por João Alves Filho, do DEM, que representa um modo de fazer política atrasado, sendo a negação do que reivindica as ruas. Em menos de nove meses de gestão, o estilo João Alves de governar já é evidente para a população: ausência de diálogo com a sociedade, flexibilização e retirada de direitos sociais e de trabalhadores e privatização de serviços públicos.

Nesse cenário, entendemos que o Partido dos Trabalhadores deve assumir um papel protagonista de organização e articulação de setores sociais e políticos em oposição à política demista, bem como na construção de um projeto democrático e popular para a nossa capital. É com esse objetivo que apresentamos a chapa "Vamos Mudar o Partido para Mudar Aracaju", para dar novamente ao PT uma feição cada vez mais aproximada dos trabalhadores e das camadas menos privilegiadas da população. Só radicalizando o seu compromisso programático com esses segmentos, o PT poderá disputar e, assim, transformar Aracaju.

Para presidir o PT em Aracaju, indicamos o companheiro Iran Barbosa, atual líder da oposição na Câmara de Vereadores da capital. Sem dúvidas, Iran é um dos políticos com maior aceitação na sociedade aracajuana, tanto que foi o candidato mais votado nas últimas eleições para o Legislativo municipal. Iran não vacila. Tanto como vereador quanto no período em que foi deputado federal, Iran sempre se posicionou ao lado dos direitos humanos, de reformas estruturantes e sociais e da valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Em Estância, "A Saída é pela Esquerda"

A Saída é pela Esquerda. O nome da chapa da Articulação de Esquerda que disputa as eleições internas do PT em Estância resume com fidelidade o caminho necessário para o Partido dos Trabalhadores na cidade, uma das maiores de Sergipe.

Acreditamos que o PT deve discutir e apresentar para Estância qual projeto de cidade o partido tem. Não se trata apenas de marcar posição, mas de – enquanto maior partido de esquerda da cidade – estar em sintonia com os desejos e anseios da nossa população. Cabe ao PT em Estância ser protagonista também no processo de organização e articulação de propostas e projetos que façam oposição ao governo liderado pelo DEM em nossa cidade. Assim como em Aracaju, a vitória de setores da direita nas últimas eleições municipais em Estância são, em certa medida, fruto do processo de desmobilização que atravessa o Partido dos Trabalhadores e o conjunto da esquerda estanciana.

Para liderar as transformações de rumo e de política no PT em Estância, apresentamos o companheiro Professor Dudu. Experimentado no sindicalismo e no movimento social, possui uma história irretocável de dedicação aos trabalhadores e trabalhadoras. Professor Dudu nunca se acomodou mesmo em governos liderados pelo PT. Por isso, hoje é respeitado na cidade e no estado por criticar e cobrar não só os patrões e os setores da direita, mas também, quando necessário, o próprio Governo Estadual que tem um petista à frente.

Japaratuba: a força da juventude

A cidade de Japaratuba é conhecida, dentre outras coisas, pela vitalidade e participação política da sua juventude e dos movimentos e tradições culturais. Jovens, agentes culturais e trabalhadores que acreditam no PT como instrumento de transformação social e, ao mesmo tempo, acreditam e trabalham para que o PT passe por mudanças que o transformem para melhor.

É essa juventude, aliada a experiência de outros militantes petistas históricos, que dá a tônica da chapa da Articulação de Esquerda nas eleições para o Diretório Municipal: "A Esperança é Vermelha", que tem Luciano Acciole como candidato a Presidente, sem dúvidas, uma das mais jovens e importantes lideranças do PT em Sergipe.

A nossa chapa e a candidatura de Luciano representam a possibilidade de continuidade da vitória popular que o PT teve nas últimas eleições, quando a chapa liderada por Padre Geraldo – falecido recentemente, até então principal liderança do partido na cidade – e Hélio Sobral derrotou a direita conservadora e elitista de Japaratuba.

Por todo o estado, "A Esperança é Vermelha"

Na busca pela construção de um programa democrático e popular para todo o Estado de Sergipe, e não apenas centrado na capital e nas duas cidades acima, a Articulação de Esquerda tem chapas e candidaturas próprias à Presidência de outros 13 diretórios municipais e compõe outras 37 chapas municipais.

Em todos os municípios do interior, os compromissos das chapas e candidaturas à Presidência encabeçadas ou apoiadas pela Articulação de Esquerda são os mesmos: a construção de um PT vivo, atuante, combativo. Não só nos municípios que estamos disputando o PED, mas em 50 das 75 cidades sergipanas, estaremos com a militância aguerrida, comprometida com os princípios e as bandeiras históricas do PT, apoiando e fazendo campanha para Ana Lúcia (e a chapa "Vamos Mudar o Partido para Mudar Sergipe" e Valter Pomar (e a chapa "A Esperança é Vermelha"). ★

Ana Lúcia

Iran Barbosa

Luciano Acciole

Professor Dudu

Novos tempos no Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte vivemos um momento que requer muito discernimento e responsabilidade para fazer as mudanças necessárias e armar nosso partido para a dura disputa política que já está em curso. Respostas fáceis não respondem à dureza dos tempos. A luta política exige uma inquietude consequente. Algo que nos reanime e nos ponha em movimento. Afinal, foi assim que vencemos os grandes desafios que enfrentamos em 33 anos de história.

Para uma nova realidade, novas respostas. Para isso é indispensável romper com a acomodação e adaptação que vai afetando cada um de nós e ditando o ritmo da vida partidária. É uma luta cotidiana contra o excesso de pragmatismo, os hábitos e costumes da política tradicional que se instalam cada vez mais nas nossas fileiras e que geram desânimo, distanciamento, apatia e perda de referencial político.

No Rio Grande do Norte, a situação é ainda mais grave, porque aos problemas mais gerais somam-se as nossas próprias deficiências e fragilidades, que vão desde a nossa pequena força eleitoral, passando pelo distanciamento em relação aos movimentos sociais; nosso recuo no campo sindical, dificuldade de diálogo com a juventude e as mulheres, além do eterno problema na interiorização do partido e as insuficiências no funcionamento das instâncias, na formação política e na nossa sustentação financeira.

Para buscar a superação desses problemas, o PT do RN precisa de um enorme esforço coletivo nos próximos anos e uma direção partidária que esteja à altura desse desafio, que priorize a construção partidária; que dialogue com todos os grupos e correntes do partido, inclusive os sem-tendência; que esteja presente nos movimentos sociais; que não tenha medo de inovar; que aposte na organização dos setoriais e secretarias; que priorize um trabalho com a juventude; que fortaleça os polos regionais e as instâncias de base; que construa parcerias com os mandatos; que acredite na formação política dos nossos militantes; que dinamize e renove nossa comunicação.

É esse conjunto de questões que queremos debater no PED. Nossa eleição interna não pode ser apenas um ritual para apresentarmos os números do comparecimento como se fosse um troféu. Tem que ser um momento para a apresentação de propostas para o futuro do nosso partido.

É diante deste desafio que o *Movimento PT*, a *Articulação de Esquerda*, a *Esquerda Popular Socialista*, o *Campo Democrático Popular*, a *Brasil Socialista, o Movimento Ação e Identidade Socialista,* vários outros militantes que constroem o Partido dos Trabalhadores apresentam a chapa ***Novo Tempo*** e o nome de ***Olavo Ataíde*** para presidente do Diretório Estadual do PT.

O companheiro ***Olavo Ataíde***, com reconhecida história nas lutas sociais e políticas no RN e que já foi militante das pastorais sociais nos anos 70 e 80, da executiva do SINTE e da CUT, da coordenação do Fórum Estadual de Lutas nos anos 90, um dos fundadores do Fórum do Campo Potiguar (FOCAMPO) e dirigente do PT em várias direções estaduais, tendo sido seu presidente por dois mandatos. Junto com ***Olavo Ataíde***, estará um conjunto de militantes petistas que acreditam ser possível construir um novo PT em nosso Estado e estão dispostos a lutar por esse sonho coletivo.

Natal: renovação, compromisso e responsabilidade.

As jornadas de junho demonstraram que são tempos difíceis que estamos vivendo, tão importantes quanto complexos e desafiadores. Seja para reafirmar projetos, resgatar princípios, mas também para corrigir os rumos do nosso Partido. É diante deste cenário de intensa luta política e social que realizaremos mais um Processo de Eleições Diretas (PED). É o momento que o partido terá de eleger suas novas direções e de construir uma estratégia, uma política de alianças e um modelo de funcionamento adequado à atual conjuntura política.

É esse conjunto de questões que queremos debater no PED com a militância do PT em Natal. Somos aqueles e aquelas que não abriremos mão de debater com a militância petista nossas propostas para fortalecer o PT. É isso que vamos fazer no PED 2013. Iremos apresentar uma plataforma para dirigir o PT nos próximos quatro anos.

É preciso realizar um trabalho coletivo e cotidiano de construção partidária, que prepare nosso partido para os enormes desafios que temos pela frente. A próxima direção do partido tem que ser construída com mais diálogo, compromisso e aceitando o desafio fundamental de fazer com que o PT seja protagonista na cena política municipal e estadual.

Somos aqueles e aquelas que, obtendo a confiança e o voto da maioria dos petistas de Natal para coordenar e organizar o PT durante os próximos quatro anos, não renunciaremos aos compromissos assumidos no debate que estamos propondo ao conjunto da militância, não renunciaremos à tarefa de dirigir com entusiasmo, disposição militante e convicção política o Partido dos Trabalhadores.

Queremos convocar cada filiado e cada filiada a construir conosco o PT e a cidade que queremos, mas para tanto sabemos que é necessário que exista um partido minimamente organizado, dinâmico, vivo e capaz de conquistar corações e mentes para um projeto político a ser construído coletivamente, junto aos movimentos populares e nas instâncias de base. Um caminho conectado ao nosso projeto nacional, mas que também reflita os anseios da militância petista e da sociedade natalense.

Fortalecer o Partido em nossa cidade passa por realizar com êxito um movimento interno e outro externo.

O movimento interno passa por organizar e estruturar os diretórios zonais, as secretarias, setoriais e núcleos de base do partido, garantindo as mínimas condições

Olavo, candidato a presidente do PT Rio Grande do Norte; **Gilderlei**, candidato a presidente do PT Natal; **Ady Canário**, candidata a presidente do PT Mossoró

políticas e estruturais para que possam ter vida orgânica; implantar uma política de comunicação no âmbito do Diretório Municipal; priorizar política e financeiramente um programa de formação política para novos filiados e para os quadros partidários; debater a inserção da militância do partido nos movimentos sociais; fortalecer a auto-organização das mulheres petistas através do fortalecimento da Secretaria de Mulheres; fortalecer a organização da juventude petista através da secretaria municipal da juventude do PT.

O movimento externo passa por manter diálogo contínuo com os partidos do campo democrático e popular, pela intervenção qualificada do partido nos espaços institucionais e nas lutas sociais, para que o PT se referencie e se viabilize enquanto alternativa política para aqueles e aquelas que desejam tomar partido, bem como para aqueles e aquelas que desejam que a cidade seja administrada com eficiência, transparência, planejamento estratégico e participação popular.

Para que o partido possa dar conta dessas tarefas é preciso ter uma direção política sintonizada e com capacidade de enfrentá-las. Ou seja, o PT de Natal precisa de um enorme esforço coletivo nos próximos anos e de uma direção partidária que esteja à altura desse desafio.

Para coordenar este processo a *Articulação de Esquerda,* o *Movimento PT*, a *Esquerda Popular Socialista*, o *Campo Democrático Popular*, a *Brasil Socialista, o Movimento Ação e Identidade Socialista* e vários outros militantes que constroem o Partido dos Trabalhadores apresentam a chapa ***Novo Tempo Natal*** e o nome de ***Gilderlei Soares*** para presidente do Diretório Municipal do PT.

O companheiro **Gilderlei Soares** é professor da rede pública. Formado na tradição marxista e socialista, é atual secretário-geral do PT, tendo também cumprido tarefas no Coletivo Estadual de Formação Política e no Setorial de Educação do PT. A eleição de Gilderlei Soares significa um novo tempo para o PT de Natal, de mais militância, mais articulação política, mais inovação e mais ousadia.

A chapa ***Novo Tempo Natal*** agrega um conjunto de militantes petistas que acredita ser possível construir um novo PT em nossa cidade.

Mossoró: unidade com democracia e equilíbrio.

Mulher, negra, educadora, militante de coletivos de base do PT, Ady Canário é um nome, que condiz com aspectos da própria história do PT, bem como dos movimentos sociais, tão conhecidos e exaltados nos dias atuais. Logo, é uma companheira capaz de presidir o PT de Mossoró à luz da UNIDADE COM DEMOCRACIA E EQUILÍBRIO.

Não é por mera coincidência, que as palavras acima mencionadas com destaque denominam, conjuntamente, a Chapa que almeja vencer o Processo de Eleições Diretas (PED), no município de Mossoró.

A professora é o nome, que representa uma concepção de partido plural. socialista e democrático, que tem uma história de luta contra todas as formas de dominação e opressão às comunidades historicamente excluídas, ao longo da história do Brasil. Para enfrentar os desafios do Partido dos Trabalhadores, no âmbito municipal, trabalhando com metas planejadas para atender ao crescimento do PT, dar continuidade aos avanços que o partido ora implementa no país, e promover a unidade de forças dos coletivos que formam e enriquecem o tecido humano e político do Partido.

Para tanto, a nossa Chapa: UNIDADE COM DEMOCRACIA E EQUILÍBRIO defende um programa para melhorar e ampliar o diálogo com a sociedade, trabalhar a formação política dos filiados e filiadas criando e efetivando projetos de leitura crítica, da jornada semestral de formação, do CinePT e da estruturação da videoteca da sede do PT; intensificar e promover uma interação eficaz e participativa com os Movimentos Sociais e Populares; fazer uma oposição responsável articulando e fortalecendo uma relação com os Partidos do Campo Popular e Progressista; organizar e dar funcionalidade aos Setoriais do PT trabalhando diretamente com ações de combate ao racismo, ao machismo e a qualquer outra forma de preconceito; dar organicidade ao setor da Juventude PT que precisa ser mobilizado em Mossoró; ampliar o número de mandatos do PT na Câmara Municipal de Mossoró, assim como fortalecer o atual mandato no exercício de suas atividades legislativas e políticas, fortalecer a auto-organização das mulheres petistas, através do fortalecimento da Secretaria de Mulheres; trabalhar a comunicação interna e externa, através das redes sociais, boletins informativos impressos e online, de modo a possibilitar a troca de informações entre o partido, seus filiados, suas filiadas e a sociedade e promover campanhas de filiação para ampliação de filiados e filiadas com a formação de novos quadros. ★

A hora decisiva é agora

*Rafael Tomyama**

O mais recente - e súbito - giro político do grupo dos irmãos Ferreira Gomes provocou um terremoto no cenário eleitoral no Ceará.

Teria sido decisiva para esta manobra a ruptura do PSB por conta da provável candidatura de Eduardo Campos à presidência e a "afronta" dos supostos convites para seus adversários Luizianne (PT) e Heitor Férrer (PDT) serem candidatos ao governo do Ceará.

O grupo dos Gomes se mantém forte em torno da perspectiva do poder no estado, com dezenas de parlamentares e prefeitos, além do controle do governo estadual, e aliados espalhados por outras legendas.

Embora tenham vestido uma camisa (ou grife) com marca bem menos valorizada, a sétima nova roupa - considerando sua origem na antiga ARENA, passando pelo PDS, PMDB, PSDB, PPS e PSB - é confortável para quem só almeja a pouca consistência ideológica e o controle partidário sem maiores questionamentos internos.

Por ser um partido novo, o PROS tem as vantagens de estar submetido ao pleno domínio da oligarquia, já que não há figuras de expressão pública que pudessem lhe fazer sombra e ainda permite, pela jurisprudência atual dos tribunais, a preservar os mandatos de quem veio de outros partidos.

Mas diz-se também que o PROS é uma legenda criada por evangélicos, para atender seus objetivos eleitorais próprios e de perfil marcadamente conservador, moralista e até retrógrado.

Aliança

Como isso pode influir no cenário em 2014? O grupo dirigido pelos irmãos Cid e Ciro Gomes quer transparecer que a mudança é um mero detalhe e que tudo se mantém como antes.

Em que pese o desnudamento simbólico da perda do referencial de esquerda, o que já se verifica em suas práticas de construção fisiológica e de gestão, focadas no assistencialismo e na deslegitimação dos movimentos sociais, a verdade é que diminui sua margem de manobra, na medida em que cresce a reprovação social à sua política e se configuram alternativas a seu projeto.

Neste sentido, a principal questão é o crescimento da oposição e a divisão da atual base de apoio com a possível candidatura do senador Eunício Oliveira (PMDB) ao governo estadual no ano que vem.

Eunício, além de empresário com penetração em vários tipos de negócios e relações na imprensa, dirige a sinuosa pressão nacional do partido na base da presidenta Dilma.

A questão passa a ser a seguinte: se é aceitável a existência de mais de um candidato da base, por que não seria possível a candidatura própria do PT ao governo do Ceará?

A chapa Um Novo Tempo, composta pela Articulação de Esquerda no Ceará coloca em discussão a tese de que, embora não seja descartada a hipótese de uma nova aliança eleitoral com os neo "republicanos da ordem social" para atender à uma necessidade da tática eleitoral nacional no ano que vem, este alinhamento não tem que ser automático, não pode deixar de ter um escopo programático e pode vir a se dar em torno de um candidato ou uma candidata do PT.

Assim, em nossa visão, ordenando a linha política, é apropriado que o caráter de um partido que tem um projeto ideológico de sociedade de longo prazo, não esteja submetido aos desígnios de um grupo que tem apenas ambições pessoais imediatas de perpetuação em esferas poder.

O perfil subalterno ou altivo do PT do Ceará no processo eleitoral no ano que vem, no entanto, será definido agora em novembro no PED.

Esta definição está no plano local e igualmente passa pelo plano nacional. Pois o desafio é aprofundar as reformas estruturais de um segundo governo Dilma e retomar a trajetória de combatividade do partido associada às lutas populares.

Cabe à militância do PT refletir e decidir.★

*Rafael Tomyama é dirigente da AE

Se PROS e PMDB podem, porque o PT não pode ter candidatura própria ao governo?

A participação das mulheres no PED

Luciana Basilio *

Historicamente, o PT é um partido que segue assegurando a participação das minorias, e nesse sentido contempla a ampliação da participação das mulheres, da juventude, das etnias, entre outras. Buscando superar as desigualdades entre mulheres e homens, em 1991, cria a política de cotas que assegura 30% das vagas da direção partidária a ser ocupada por mulheres.

Atualmente, o partido demonstra concretamente, a importância da participação das mulheres nos espaços partidários aprovando em seu 4º Congresso a paridade entre homens e mulheres nos espaços de direção. O que significa que em 2014, os espaços de decisão do PT, serão ocupados por 50% de mulheres.

Nesse contexto, o Partido segue avançando na defesa dos direitos políticos das mulheres e embora seja inegável que o partido é um exemplo, o estatuto precisa traduzir na prática a mudança dos valores da sub-representação das mulheres na esfera da participação política.

De acordo com Tribunal Superior Eleitoral – TSE, nos estados da federação brasileira (num total de 26) onde existem executivas estaduais do partido, 07 executivas contam com participação inferior a 30% de mulheres. Em quase todos os estados, as mulheres não ocupam efetivamente espaços na direção partidária.

No caso específico de Rondônia temos maior presença das mulheres em cargos na direção partidária, entretanto é importante destacar que na sua maioria, as mulheres têm voz e voto, mais ainda está presente a baixa representação destas no topo das direções em nível municipal e estadual. Dificilmente as mulheres desempenham tarefas específicas na organização partidária, o que diminui as oportunidades de ocuparem espaços de relevância na estrutura do partido.

Somente a garantia do estatuto, não é suficiente para tornar efetiva a participação das mulheres, vale ressaltar que ao passo em que se criam mais instrumentos técnicos de participação, os espaços se tornam cada vez mais controlados e assistidos.

Isso fica claro na atual realidade das eleições do PED (Processo de Eleições Diretas) no PT de Rondônia, quando a maioria dos grupos políticos internos, procuram as mulheres para ocuparem lugares nas chapas é porque primeiramente precisam cumprir a paridade das mulheres nesses espaços. Mas sem oportunizar que ocupem espaços de destaque e sem reunir as condições necessárias para que essas mulheres possam efetivamente disputar igualitariamente os espaços eletivos.

Essa triste realidade nos dá indicativos de que não basta apontar a presença das mulheres na política, apenas pelo quantitativo numérico, se faz necessário cada vez mais estudos, pesquisas e reflexões aprofundadas que visem discutir essa participação.

Assim, apontamos no presente ensaio, a necessidade de constituição de um grupo específico, como categoria feminista dentro do partido, caso contrário, a identidade coletiva das mulheres na política, permanecerá construída a partir do modelo concebido pelos homens em que as mulheres são representadas de acordo com os interesses meramente eleitoreiros. Não se trata mais das mulheres simplesmente terem acesso aos espaços (públicos e políticos), as instituições (escolas, sindicatos e partidos) e formas de conhecimento do universo masculino, mas se faz necessário transformar essas relações de acesso e participação radicalmente, para que reflitam os interesses e as experiências das mulheres.

Nossa postura deve ser igualitária não apenas no discurso, mais também na prática, caso contrário, corre-se o risco da nossa participação ser reduzida a um "contar garrafinhas". ★

Luciana Basílio é militante do PT e da AE no estado de Rondônia. Na vida acadêmica é mestra em História, pedagoga e professora. Tem experiência na área da gestão educacional pública e sua pesquisa se concentra nos temas relacionados à educação, legislação educacional, gestão escolar e história das mulheres.

De 1998 a 2001, período em que foi acadêmica do Curso de História, Basílio colaborou na reestruturação do movimento estudantil.

Em 2005 quando o partido ganha a eleição para administrar Porto Velho. Basílio foi convidada a assumir a Divisão de Inspeção Escolar da Secretaria Municipal de Educação. No ano de 2006, assumiu uma cadeira no Conselho Municipal de Educação.

Em 2010, o PT foi envolvido em grave crise, resultante das denúncias de corrupção, com petistas indiciados pela operação da Polícia Federal denominada Termópilas. É neste momento que Luciana participa da recriação da Articulação de Esquerda no estado de Rondônia.

O prefeito de Porto Velho é afastado do mandato e posteriormente vem a ser preso. A executiva municipal e estadual do PT mostram-se sem orientação política e não respondem a contento para a população do estado de Rondônia.

Neste momento, Luciana Basílio, embora não sendo parte da diretoria do SINTERO, esteve à frente da greve dos professores e professoras municipais, sendo escolhida como membro do comando de greve para negociar com a prefeitura.

É neste cenário que Luciana Basílio aceita a tarefa de mostrar à militância do PT que existe uma alternativa. Que há uma militância firme nos ideais de que o partido seja uma ferramenta de organização e direção da classe trabalhadora.★

No Distrito Federal

O Partido dos Trabalhadores vive em todo o país um momento delicado. Se podemos afirmar isso pela conjuntura nacional, em Brasília isso se reforça. Depois de 12 anos (1999-2010) de governos que transitavam entre o conservadorismo clientelista e o neoliberalismo, o Distrito Federal se viu imerso em denúncias que levaram à saída do então governador Arruda (DEM). Como alternativa o PT apresentou, em 2010, uma chapa composta por uma ampla aliança e, desde a vitória eleitoral, os rumos estratégicos e decisões partidárias estiveram sempre submetidas ao governo.

Zé Ricardo, candidato à presidência do PT-DF

O GDF por sua vez, se caracteriza por alianças de diversas matizes e um distanciamento cada vez maior de sua base de apoio. A ampla aliança inicial, que se referenciava na aliança nacional, foi sendo ampliada. Como resultado, militantes do partido foram escanteados em troca de apoios cada vez mais escusos e incertos. Vários membros do antigo governo do DEM estão hoje no governo. Dos 24 deputados distritais, 20 se dizem da base do governo e, ainda assim, vários projetos importantes do GDF não são votados. É visível que a consistência programática de tal aliança era equivalente à de uma geleia. O resultado: uma militância desanimada e uma campanha recuada do ponto de vista programático e ideológico.

Nesse momento é em que se realiza o PED. Temos a responsabilidade histórica com nosso partido de repensarmos o PT--DF, isto é, seu programa e sua estratégia. Para isso temos que atacar alguns pontos, na radicalização da democracia partidária e na volta à concepção socialista de transformação social.

No primeiro ponto entendemos que o PT-DF não tem funcionado e a militância se sente afastada e cada vez tem mais dificuldade em se reconhece no partido. A saída para isso é fortalecer a democracia interna, com o respeito às instâncias do partido e às correntes minoritárias e militantes independentes. É necessário também recolocar os parlamentares e executivos sob a fiscalização e orientação do partido, para que mantenhamos a linha programática e ideológica definida pelo conjunto dos militantes. O financiamento partidário também deve ser alvo de discussão pública, pois o partido não pode depender nem do financiamento privado de empresas, mas sim de seus militantes, através de atividades de arrecadação e contribuições periódicas. Essa deve ser a mola mestra de nossa independência política.

Segundo, entendemos que reorganizar o partido não é tudo. Só terá efeito se, aliado ao primeiro ponto, reafirmarmos um programa transformador para o DF e que reate com os ideais socialistas. Fazer isso é reconhecer a prioridade de reformas estruturantes para nossa cidade, tal qual a reforma urbana e a política. Por fim, a discussão da estratégia política deve passar inevitavelmente pela reformulação da política de alianças partidárias, da necessidade formação política continuada dos filiados e militantes e da criação e utilização de uma mídia de massas.

Para dar conta desses desafios montamos uma discussão com companheir@s de todo o DF e fechamos com a Militância Socialista a chapa *Esquerda Socialista 472* para dar unidade ao sentimento de mudança do PT e reforçar a atuação da militância nas decisões partidárias. Seguindo este mesmo ideal, lançamos a candidatura do companheiro *Zé Ricardo 320* à presidência do PT-DF. O companheiro é antigo militante partidário e, desde o movimento estudantil se mostra articulado com as lutas sociais da cidade. Nos diretórios zonais do DF lançamos as candidaturas d@s seguintes companheir@s e chapas:

- ✓ Em São Sebastião, *Karla Ramalho 520* que é militante feminista e da cultura e professora da rede pública de ensino. Fizemos composição na chapa *Um Novo PT é Possíve*l com a Democracia Socialista, Campo Democrático Socialista e Esquerda Plural;
- ✓ Em Taguatinga, temos chapa própria, *A Esperança é Vermelha 620*, encabeçada por *Jonatas Moreth 520* que é ex-dirigente da UNE e da direção nacional da JPT;
- ✓ No Cruzeiro, concorrer à presidência zonal o companheiro *Hudson Cunha 511* que é militante e advogado de vários movimentos sociais e compomos com @s independentes, Democracia Socialista, Articulação Unidade da Luta, Militância Socialista, Esquerda Popular Socialista a chapa *Resistência Petista 611*;
- ✓ E no Plano Piloto, temos inscrevemos a chapa *A Esperança é Vermelha 620* e a candidatura do companheiro *Raul Cardoso 520* que é ex-militante estudantil e professor da rede pública de ensino.

Retomar as atividades partidárias, fortalecer a participação e democratizar as decisões, intensificar a formação política e reaproximar o partido dos movimentos sociais. Essas causas só são possíveis de ser realizada com um partido forte, uma militância aguerrida e comprometida com seus ideais. O partido precisa voltar a se organizar junto ao povo e suas bases. "Esquerda Socialista"! ★

Para presidente, Jozafá

Com o regresso de Siqueira Campos (PSDB) ao Palácio Araguaia, em 2011, cooptando lideranças dos partidos da oposição, os trabalhadores do campo e da cidade continuaram excluídos do centro das políticas públicas do Estado, o que se agravou com o alinhamento também do Partido dos Trabalhadores ao governo do PSDB até o mês de abril de 2013, com os deputados do PT ajudando a aprovar matérias do Governo do Estado que retiravam direitos da classe trabalhadora e/ou atacavam aos cofres públicos, como a realização de contratos sem licitação e a entrega de setores estratégicos para instituições privadas.

Felizmente, para a classe trabalhadora do Estado, em abril de 2013 o PT interrompeu formalmente o alinhamento com o Governo do PSDB, declarou-se um Partido de oposição e iniciou um processo de diálogos para a sucessão ao governo do Estado e, juntamente com o PCdoB e o PP, passamos a construir um bloco político com o objetivo de lançar chapa ao governo do Estado e construir o palanque da Presidenta Dilma no Tocantins.

Nas eleições de 2012, o PT sofreu uma das maiores perdas, pois não reuniu condições para disputar a sucessão em Palmas e ainda perdemos cidades importantes como a sucessão em Dianópolis e Guaraí, e reeleição em Colmeia, São Sebastião e Axixá, elegendo ou reelegendo apenas dez prefeitos. No campo das coligações as alianças foram as mais diversas possíveis, perpassando por todos os partidos, mostrando uma falta de aliados prioritários, o que dificulta a formação de um palanque forte, em que o PT possa ser o protagonista.

Mas a construção desse palanque poderá ser feita a partir do diálogo com a classe trabalhadora do Estado, onde o PT deve discutir os temas de interesse da classe trabalhadora, tendo como princípios o desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável, baseado nas relações de solidariedade e cooperação.

O Diretório atual é composto por uma ampla maioria de apenas uma corrente interna do partido (a CNB), o que tem contribuído para reduzir o debate no partido e prejudicando a democracia interna.

Jozafá, candidato à presidência estadual do PT Tocantins

Além disso, a falta de transparência nas contas partidárias, ingerência em diretórios municipais, distanciamento entre os dirigentes e a base do Partido e a falta de um projeto mais estratégico do ponto de vista político e temporal tem colocado o PT do Tocantins entre os diretórios com pior desempenho no País, não conseguindo nesses quase quatorze anos à frente do governo central, eleger senador, governador, nem tampouco deputado federal.

O PT do Tocantins precisa apresentar candidatura própria, com a consciência que essa candidatura deve partir da luta travada ao longo da existência do partido, a partir da história de cada companheiro e companheira, especialmente pelo acúmulo e experiências do partido, aplicando o modo petista de governar e legislar nas diversas áreas, tais como: defesa e implementação da reforma agrária e urbana; defesa e consolidação do SUS; educação de qualidade do ensino infantil ao superior; qualificação e valorização dos servidores públicos; desenvolvimento sustentável do ponto de vista socioeconomico, ambiental e institucional; respeito e reconhecimento dos poderes constituídos; construção de uma cultura de paz, através do combate ao crime organizado e um amplo debate sobre as drogas.

Frente a essas e outras tantas tarefas, precisamos um partido organizado, democrático, consciente, com posições definidas sobre as principais questões em disputa na luta política Estadual. É preciso reconstruir novas plataformas com a imensa base, revalorizar a militância, sem clientelismos, sem controles, com democracia, formação política plural, especialmente para as mulheres e a juventude.

Para enfrentar estes desafios, apresentamos como nosso candidato à presidência estadual do PT Tocantins o companheiro Jozafá Maciel, um autêntico representante da classe trabalhadora. É filho de agricultores familiares, na zona rural de Rio Sono. Foi militante e dirigente de CEBs, Sindicato de Trabalhadores Rurais e associações de produtores. Formou-se técnico em agropecuária e atuou como extensionista rural junto a comunidade de agricultores familiares. Em 2003 concluiu a graduação em Engenharia Agronômica pela Unisersidade do Tocantins. Já foi Secretário Municipal de Agricultura em Rio Sono e Superintendente Federal do Ministerio da Pesca e Aquicultura no Tocanntins no período de março de 2004 a fevereiro de 2013. Com 43 anos, é casado e pai de duas filhas.

Sua família foi fundadora do PT em Rio Sono. Se filiou no PT em dezembro de 1995, no município de Peixe (TO), onde foi presidente por três mandatos. Integrante da Executiva Estadual nos últimos dois mandatos, sendo um como Secretário Sindical e atualmente, como Secretário Geral do PT/TO, foi candidato a presidente do PT/TO no PED 2009.

O candidato a presidente do Partido dos Trabalhadores Jozafá Maciel e a chapa A Esperança é Vermelha, apresentados pelas correntes Articulação de Esquerda e Esquerda Popular Socialista, apoiados por várias lideranças populares e detentores de mandatos, propõem o resgate da participação da militância na vida partidária, fortalecer as instâncias e os diversos segmentos do partido e reaproximar o partido de seus aliados históricos e principalmente dos movimentos sociais.★

No municipio de Rio Sono, temos talvez o candidato mais jovem do Estado e até mesmo do Brasil: Fabricio Americo Gama, de 19 anos (nasceu dia 8 de agosto de 1994), que vai concorrer com um veterano de 56 anos e quase 30 de filiado.

No PED 2009 havia 5 correntes organizadas que disputaram através de 4 chapas. Atualmente temos 7 correntes reconhecidas pela direção do Partido: AE, EPS, MPT, DS, MS, CNB e Partido de Base (um braço da CNB). E o PED de 2013 será disputado por três chapas: "A Esperança é Vermelha", reunindo AE e EPS, tendo como candidato o companheiro Jozafá Maciel, secretário-geral do PT/TO, servidor público da Universidade Federal do Tocantins e ex-superintendente do Ministério da Pesca e Aquicultura; "Renovação Democrática para o Tocantins", lançada pelo MPT, tendo como candidato o vereador de Palmas Waldson Salazar; e "O Tocantins quer mais e melhor", reunindo a CNB, DS, MS e Partido de Base, tendo como candidato o ex-prefeito de Couto Magalhães Julio Cesar.

No estado há mais de 14 mil filiados, dos quais cerca de 6 mil estão aptos a votar. Aqui, como na maioria dos estados, há fortes indícios de que houve pagamento coletivo disfarçado de individual. Em Palmas está o maior número de pagamento com suspeitas.

O Partido está organizados em todos os 139 municípios do estado, sendo 117 Diretórios e 22 comissões provisórias. Até 30 de agosto, 5.759 filiados cotizaram ou foram cotizados, em 93 municípios. Apenas três municípios solicitaram e realizaram quitação coletiva (Augustinópolis, Formoso do Araguaia e Sampaio). Dos municípios em que houve quitação, nem todos conseguiram organizar chapa para a instância municipal, por falta de quorum ou por falta de jovens e mulheres.

Nos municípios de: Augustinopolis, Carrasco Bonito, Esperantina, Formoso do Araguaia, Lizarda e São Sebastião, teremos chapa única encabeçada pela companheirada ligada a AE. No município de Gurupi há chapa única encabeçada por nós, em acordo com a CNB. Nos municípios de Araguaína, Babaçulandia, Goiatins, Mirecema, Porto Nacional, Rio Sono e Sampaio temos duas chapas disputando, sendo uma encabeçada pela AE e a outra pela CNB. Em Palmas teremos três chapas com a mesma composição das chapas estaduais. Nosso candidato é o companheiro Iranilto Sales.

HOMENAGEM

Vo Nguyen Giap

Herói da resistência e independência do Vietnã

★ 25 de agosto de 1911
✝ 4 de outubro de 2013

Pelas bandas do Pantanal

O PED 2013 em Mato Grosso do Sul não terá disputa em nível estadual. A definição do presidente e a composição do Diretório Estadual foram realizadas através de um acordo entre as forças (tendências organizadas, grupos de mandatários, mandatários).

Este acordo ocorreu num contexto de forte crença no interior do PT que, através da candidatura do senador Delcídio do Amaral, o partido voltará a governar o estado. A nova acomodação foi mediada pelos deputados federais Vander (ex-CNB, ex-Partido para Todos, atual Movimento PT) e Biffi (Movimento PT), com o argumento da unidade para construir o projeto da eleição estadual de 2014. Inicialmente a proposta de aliança interna implicava na recondução do atual presidente estadual e numa redistribuição da representação no diretório.

A este acordo se contrapuseram inicialmente a CNB, apresentando a candidatura do ex-governador Zeca do PT à presidência do Diretório, e a AE. Os principais argumentos que demonstravam a importância da disputa eram que o atual presidente se restringe a representar interesses do senador; que uma unidade partidária deveria ser construída em torno de uma política e com urbanidade; e, que a representação dos diversos agrupamentos e tendências no diretório não pode ser artificial.

Então foi sugerido o nome do prefeito de Corumbá Paulo Duarte (ex-CNB, atualmente independente), com uma composição mais próxima do que a AE estima ser a realidade do PT em MS e o compromisso de desencadear um processo de construção coletiva do projeto para disputar o governo. Esse acordo viabilizou para a CNB a retirada da candidatura de Zeca (uma saída honrosa).

A AE-MS realizou duas Plenárias Estaduais para construir sua posição. Duas posições se formaram: uma primeira que entendia que o acordo não permitiria a explicitação das divergências internas quanto ao projeto para o estado, a política de alianças partidárias e sociais, além de dificultar a construção da nossa campanha nacional no PED. Outra defendia que o acordo possibilitava manter interlocução com as demais forças e um melhor posicionamento nos diretórios municipais (e na chapa de 2014). Por fim, com algum grau de tensão interna, optou por aceitar a aliança interna.

Através desta posição se procurou evitar uma divisão da corrente; a busca por acumular força mantendo aproximadamente 20% no Diretório Estadual e duas vagas na executiva; e, o engajamento para manter e ampliar influência em alguns Diretórios Municipais.

Após o prazo de quitação das contribuições financeiras semestrais, o balanço dá conta de que em MS 15 mil filiados tornaram-se aptos. A AE-MS estima que aproximadamente 20% estejam identificados com as posições da corrente.

Em termos de instâncias municipais, oito não realizarão o PED, seja por serem Comissões Provisórias, seja por demonstrarem a absoluta falta de interesse em organização interna e pagamento de filiados e instâncias.

Haverá candidaturas da AE à presidência municipal do PT em oito municípios (Amambai, Aquidauana, Bataguassu, Dourados, Mundo Novo, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas), sendo três entre os cinco principais colégios eleitorais de MS. Em outros cinco municípios, apoiamos candidaturas de outras correntes e participamos de chapas em composição. Em outros oito municípios há militantes da AE e campanha organizada.

Nestes 47 dias de campanha há muito por fazer, expressando nossas posições. Apesar do clima "ameno" da disputa estadual em função do acordo, há espaço para disputar as opiniões e posições políticas.

Por essas bandas do Pantanal há muita esperança vermelha.★

PT de Goiás pede socorro!

Eduardo Loureiro e*
*Mara Emilia Gomes Gonçalves***

O PED em Goiás é pautado pelo eleitoralismo. O "chapão institucional" é composto pelas CNBs goianas – PT pra Vencer, Movimento Cerrado e Articulação; pelo Movimento PT; pela EPS e pela tendência local Vanguarda Petista. Estas forças têm todos os prefeitos, deputados e vereadores do estado.

A Mensagem sai rachada. MAIS e DS saem juntos na "Mensagem ao Partido", enquanto NAS (Nova Atitude Socialista, grupo local) compõe a "Nova Atitude é Mensagem".

A Articulação de Esquerda lança chapa com O Trabalho, denominada "Partido é pra Lutar" (número 420). A chapa tem dois candidatos a presidente: OT lançou o companheiro Inácio Lima, sindicalista de Valparaíso, e Flávio Batista (número 320) é o candidato da AE.

O atual estágio da arte das negociações indica o velho embate PSDBx-PMDB. A possibilidade de candidatura própria do PT não é levada muito a sério por boa parte do partido, mesmo tendo dois candidatos considerados competitivos: os prefeitos de Goiânia e Anápolis – Paulo Garcia e Antônio Gomide. A filiação de Edward Madureira, reitor da UFG, teve boa aceitação dentre a militância, e corre por fora.

Fora do velho ramerrão, surgiu da cabeça do empresário Vanderlan Cardoso, ex prefeito de Senador Canedo(cidade do entorno de Goiânia) e candidato derrotado ao governo do Estado em 2010, a "Terceira Via", articulada juntamente com o também empresário Jorcelino Braga.

Braga, secretário da Fazenda no governo Alcides Rodrigues, é ***persona non grata*** para o governador Marconi Perillo desde que denunciou a irresponsabilidade financeira com que o amigo de Cachoeira deixou o estado, à beira da insolvência.

Os dois empresários buscaram Ronaldo Caiado (DEM), que dispensa muitas apresentações. Um dos mais fervorosos

Flávio Batista, candidato da AE à presidência estadual do PT Goiás

opositores de Lula e Dilma no Congresso, latifundiário e inimigo orgânico do PT.

Assim, fica formada a conservadora terceira via: uma aliança entre o empresariado "self made man", o fundamentalismo religioso, o ruralismo arcaico-escravista e o antipetismo. Inimigos naturais do PT, certo?

O deputado estadual Luis César Bueno, candidato à reeleição para presidir o PT de Goiânia também pelo chapão, parece não pensar assim. Afirmou na imprensa que sua meta era juntar à já esquizofrênica aliança PT-PMDB, a Terceira Via, juntando aos já incômodos Iris Rezende e Junior Friboi, Caiado, Braga e Vanderlan.

Diante da pressão e reação negativa da militância, Luis César recuou, negando aproximação com Caiado. Contudo, também via imprensa, o atual presidente do PT GO, Valdi Camárcio, e o vereador por Goiânia, Carlos Soares, não descartam a possibilidade. Carlos Soares, inclusive, afirma que não há problema de uma aliança PT-DEM, se o candidato for de um terceiro partido, pois "nenhuma resolução do PT proíbe".

Uma aliança entre estes segmentos é ingovernável. O PT tem uma origem de embate direto aos setores que compõem a Terceira Via. A aliança com o PMDB, também antagonista histórico do PT no estado, parece não ter ensinado a lição – o mandato da prefeitura de Goiânia pouco ou nada se diferencia das gestões anteriores de Iris Rezende.

A chapa Partido é pra Lutar e a candidatura do companheiro Flávio Batista vêm para aproximar o PT dos movimentos sociais e dar um basta neste tipo de aliança sem programa. Flávio, ex-coordenador geral da gestão "Ouse Falar!" do DCE UFG (2012-2013), é um legítimo trabalhador, negro, jovem, morador de periferia, professor, educador popular e líder estudantil forjado na luta dos direitos humanos.

Sua militância estudantil extrapolou os muros imaginários da universidade, mas não se absteve na greve das UFs de 2012, bem como de diversas lutas nas cidades de Goiânia – a mais destacada delas, contra a revisão do atual Plano Diretor da cidade - e Aparecida, local onde reside. ★

Eduardo Loureiro** e **Mara Emilia Gomes Gonçalves* são militantes do PT Goiás

Bira sai do PT e o peti

*João de Deus**

Neste finalzinho do mês de setembro e início de outubro o mundo político fervilhou. Dois partidos foram criados, o Pros e o Solidariedade. Este último liderado por Paulinho da Força, ex-pedetista que há muito trabalha pra sabotar o governo Dilma. Marina e seu (ou sua) Rede (é um partido, é uma Ong?) "nem de direita nem de esquerda" deram com os burros n'água, deixando a pré-candidata à presidência em difícil situação para quem se diz contra "tudo o que está aí", mas que ao mesmo tempo uniria num hipotético (e esquisito) governo, petistas e tucanos!

No Maranhão, o PT ganhou o noticiário da imprensa e dos blogues por conta da saída do Deputado Estadual Bira do Pindaré de suas fileiras. Uma surpresa para muitos e estranho para a maioria pelas circunstâncias e rapidez dos acontecimentos, em pleno PED (Processo de Eleições Diretas das direções do PT) e aos 44 do segundo tempo para encerrar-se o prazo das filiações ou trocas de partido junto à Justiça Eleitoral. A decisão seria motivada por grotesca e surreal carta (http://www.blogjorgevieira.com/2013/09/deputado-bira-do-bira-sai-do--pt.html?spref=fb) assinada por Raimundo Monteiro, presidente estadual do partido, de cunho autoritário onde de fato Bira é convidado a sair. É negado a Bira unilateralmente espaço no programa partidário em resposta a solicitação do próprio deputado. Mais que isso, "sua permanência [de Bira] na legenda vem se tornando difícil e, mais recentemente, insuportável". Evidentemente Monteiro se refere à oposição que Bira tem feito ao governo do Estado, do qual o PT faz escassa e vexatoriamente parte através do vice-governador, Washington Oliveira. Governo que, diga-se apenas de passagem, é um completo fracasso social, um modelo de descaso em todas as áreas públicas. A carta seria resposta a pedido de Bira de "acesso ao horário destinado ao programa partidário no rádio e na TV". Note-se, a notícia da carta, assinada em 26 de setembro, surge simultaneamente à notícia da desfiliação de Bira.

Bira do Pindaré migrou para o PSB

Em nota de 30 de setembro "Ao companheiro Bira do Pindaré, À militância do PT no Maranhão", dirigida também à Executiva Nacional do PT, a Articulação de Esquerda (AE), corrente interna do partido, por meio de sua direção nacional, repudia a atitude de Monteiro: "um grave e inaceitável erro, de método e político. Erro de método, porque não cabe ao presidente do PT Estadual o poder de decidir quem pode ou não pode permanecer no Partido. O estatuto do PT, justamente para evitar esse tipo de arroubo autoritário e garantir o mais amplo ambiente democrático intrapartidário, estabelece o procedimento e as instâncias adequadas para tomar uma decisão de tal gravidade (...). Erro político, por se dar em um momento duplamente delicado. Por um lado estamos na última semana fixada pela legislação eleitoral para que haja mudança de partidos por parte de quem deseja disputar as eleições de 2014 (...). Por outro lado, estamos em meio ao Processo de Eleições Diretas que renovará a direção do Partido dos Trabalhadores em todos os níveis. Esse é o momento em que todos os filiados e filiadas têm a oportunidade de manifestar sua opinião sobre o programa, a tática eleitoral e os rumos que desejam para a agremiação. As ameaças de Raimundo Monteiro são uma tentativa de obstruir o debate". E acrescenta: "É temerário que um presidente estadual do partido lance mão do expediente da ameaça de expulsão contra uma das principais lideranças que defendem, nesse PED, uma posição diferente da sua. Ao que parece, estão tentando importar para dentro do PT o método de ação política dos coronéis maranhenses, aliados preferenciais de um setor do partido". Ao final, um apelo "ao companheiro Bira do Pindaré que reconsidere sua decisão e permaneça no Partido dos Trabalhadores. Aqui é o lugar dos socialistas, dos lutadores do povo, dos que acreditam em um Brasil e um Maranhão diferente. Com a militância petista maranhense, vamos derrotar o sarneyzismo, dentro e fora do PT".

Na continuidade dos acontecimentos, Valter Pomar, dirigente nacional da AE e candidato à presidência nacional do PT pela chapa *A Esperança é Vermelha,* ao postar a nota no facebook, recebe do vice-governador WO o seguinte comentário: "Aos companheiros Da Articulação de Esquerda informo que a nota assinada (infelizmente) pelo Presidente Estadual do PT, Raimundo Monteiro foi redigida pelo Próprio Dep. Bira. Foi um acordo entre os dois em vista do interesse do Deputado em sair do partido sem perder o mandato...". O comentário é confirmado por Monteiro em novo comentário feito no mesmo post, gerando polêmica sobre um suposto jogo combinado para forjar um pretexto adequado que beneficiaria os dois lados. Bira sairia com a garantia do mandato e Monteiro, candidato a reeleição no PT, se livraria de um dos mais importantes apoiadores da candidatura do principal oponente, Augusto Lobato, apoiado pela Resistência Petista.

Soa realmente estranho um trecho em particular da carta. Senão vejamos: "Assim, o Partido dos Trabalhadores reconhece serem razoáveis os seus motivos, e comunicamos que o partido anui e concorda de forma irrevogável com a sua pretensão de desfiliação partidária sem que disso resulte qualquer prejuízo no exercício do mandato de deputado estadual" (grifo nosso). Como assim? Que "motivos" "razoáveis" são esses e que "pretensão de desfiliação" é essa com a qual "o partido concorda", conhecidos de antemão por Monteiro, supondo-se que a carta foi

smo sai de Bira

a provocadora da saída? Como alguém, e principalmente um parlamentar, supõe que deva sair por ser convidado por uma única pessoa, por mais importante ela seja dentro do partido? Imagine se o presidente quiser tirar todos os desafetos do partido. Bastaria convidá-los a sair? Ora, se o presidente tivesse esse poder, não existiria mais Resistência Petista.

O motivo é insuficiente. Não se sabe de nada parecido no PT, e talvez em qualquer outro partido. Talvez por isso Bira tenha se esforçado por elencar outros em sua "Carta ao povo do Maranhão", de 01 de outubro, Bira resgata sua história pessoal de atuação nos movimentos e no Partido dos Trabalhadores, e a certa altura diz das perseguições e ataques que sofrera dentro e fora do PT, a mando da oligarquia, concluindo: "Mais recentemente, o vice-governador tornou público o convite para que os dissidentes da aliança com o PMDB se retirassem. Não fosse o suficiente, negaram expressamente o direito a minha participação na propaganda partidária, preterindo a mim em relação a outros, em clara discriminação. Tudo isso agora oficializado em carta assinada pelo presidente do Partido".

Tirante à polêmica do "combinado", que Bira trata de negar veementemente em entrevista ao blogue do jornalista Ed Wilson, trataremos aqui de outro aspecto, eminentemente político.

De fato, essas são as agruras por que Bira tem passado, mas não sozinho. Junto com ele todo o campo da Resistência Petista, dezenas de companheiros e companheiras em luta dentro e fora do PT contra o domínio oligárquico no Estado. A diferença é que para isso Bira foi municiado com um mandato popular com o qual pode se defender e fazer política, e assim o tem feito a contento. Afinal, foi exatamente pra isso que fora eleito e pra isso, o debate, o enfrentamento político e ação pública, é regiamente pago e bem pago. Assim, não cabe alegar os sacrifícios desta ordem. Situação muito mais complicada é a do desempregado, subempregado ou trabalhador que mal tem tempo para qualquer atividade política e ainda assim se faz militante, como outrora fizera o próprio Bira. Quando este troca o ativismo pela sobrevivência, compreende-se. Por isso, a questão principal é de ordem política e não a soma de suor acumulado ou as compensações pessoais. Ou seja, se é equivocada ou não determinada ação política, como sair do PT, e se há coerência política no ato.

Bira não é só um parlamentar de posições firmes, mas estava agrupado dentro do PT à esquerda, defendendo o governo Lula-Dilma e suas conquistas, e considerando o PT, com todos os seus problemas, um partido estratégico para a classe trabalhadora, e em sua Carta, reconhece: "Não me arrependo de nada e sou muito grato ao PT pelo imenso aprendizado e as oportunidades que dificilmente teria em qualquer outra agremiação partidária.Reconheço inclusive seu papel decisivo para as melhorias de vida do povo brasileiro, proporcionando avanços importantes em relação a geração de empregos, elevação de renda e implantação de programas de inclusão social. Reconheço ainda que apesar das crises éticas, ideológicas e políticas, o PT ainda tem imenso potencial e pode, enquanto instituição humana, rever as suas práticas e retomar o seu caminho." (grifo nosso). Mas "no Maranhão, porém, se tornou insustentável continuar [no PT]". Aqueles que têm deixado o PT, no Maranhão, tem alegado com frequência essa situação local sem considerar o resto, ou melhor, apesar de considerar positivamente o restante. Um tremendo equívoco precisamente para os que combatem a oligarquia Sarney, já que tal atitude fortalece suas posições dentro do partido e não a enfraquecem nem mais nem menos fora. Os que saem pela esquerda e caem no isolamento político de partidos cuja ação pouco influi no mundo real, mas sobretudo os que saem pela direita, ou seja, os que passam a fortalecer o pragmatismo e tudo o mais que condenaram no PT.

O mesmo se diga a respeito do Dep. Federal Domingos Dutra, muito mais calejado, perseguido, mas que acumulou muito mais mandatos. Tanto Dutra – que saiu antes para construir o Rede e agora ingressa no Solidariedade (e já é o vice-presidente) – quanto Bira – que optou pelo PSB, partido de Roberto Rocha (ex-PSDB) e Eduardo Campos, que ora deixa a base do governo federal em busca de alianças à direita (tucanos, peemidebistas e até demistas), recebendo inclusive afagos da mídia –, ambos os parlamentares reconhecedores dos avanços do governo federal e até há pouco membros da esquerda petista, campo marcadamente ideológico e socialista, abraçam pela direita o pragmatismo. Se os parlamentares pretendem manter exatamente a mesma posição no parlamento, por acaso acham que deixarão de ser perseguidos pela oligarquia? Se pretendem apoiar a candidatura de Flávio Dino (e eu rogo que o façam), o que os impediria de fazê-lo dentro do PT? Em 2010 foi o que fez toda a Resistência Petista e é o que fará agora, algo perfeitamente possível graças ao acúmulo de contradições, erros e desmoralização do campo petista no governo. Sem falar no momento de total defensiva do governo Roseana e seu candidato 10%, percentual precisamente o mesmo atingido por WO, na capital, em 2012! Momento em que há 4 candidaturas à presidência estadual do PT, duas das quais dissidentes do grupo de WO. Confirmada a vitória de Flávio Dino, novas possibilidades não só para o Maranhão, mas também para o PT, com o grupo governista atual deslocado.

Não, não há aí coerência. Não é difícil pensar que esses moços colocaram o mandato acima de tudo, preferindo fazer outro jogo, mesmo que consista em enfraquecer o PT, que é o que pretendem Solidariedade, PSB, PMDB, PPS, a grande mídia, a burguesia, o neoliberalismo e o imperialismo.★

João de Deus é servidor público do MPF/SP. Foi secretário da juventude do PT-MA.

Serenidade e Luta

Foto: Roosewelt Pinheiro/ Agência Brasil

*Celso Marcondes**

"Aí eu falei para os dois: deixem de onda e venham tirar uma foto comigo", foi assim que Gushiken acabou com uma breve "polêmica" entre dois dos mais importantes dirigentes petistas, na beira de sua cama, numa noite de setembro. Os dois companheiros cobravam um do outro que tivessem contatos mais frequentes.

Muito debilitado, afundado na cama, Gush não havia perdido a chance de exercitar uma de suas maiores características, a capacidade de conciliar e negociar, usada à larga durante toda a sua vida. Com um sorriso nos lábios, ele contou o caso logo que cheguei, na manhã seguinte.

O movimento da véspera tinha sido intenso, dezenas de amigos haviam passado por lá. Sempre ao amparo de Beth, sua companheira de todas as horas, Gush parecia gostar da movimentação. Tinha consciência de que ela era excepcional, sabia da proximidade do fim da maior batalha de sua vida de batalhas.

A porta do quarto permanecia aberta. Quem partia se apressava em informar aos conhecidos que chegara a hora da despedida do guerreiro.

A conversa seguiu, ele falava baixinho, a relembrar nossos primeiros contatos, na década de 70. O papo era interrompido por pedidos para Beth lhe molhar a boca, ressecada pelos medicamentos. Ele falava um pouco, ouvia, fechava os olhos e silenciava, como a buscar forças para prosseguir. E tornava a falar mais um pouquinho.

De repente, ao recordar de amigos comuns de tempos distantes, ele faz um pedido: "chamem o Paulinho para vir aqui, preciso dizer como o trabalho dele tem sido importante e é reconhecido pelos companheiros".

Aparecia aí outra característica do Gush, a capacidade de reconhecer os méritos das pessoas próximas e incentivá-las a perseverar. Paulinho era um dos seus bons amigos, daqueles que o acompanhavam de perto nos momentos mais difíceis e ele queria vê-lo de novo.

Logo depois de feito o pedido e recebida a promessa de que eu faria o contato ele dormiu e encerrei a visita, com a certeza de ter sido a derradeira.

Na triste caminhada a pé para casa, lembrei como havia relutado a buscar esse último encontro. Sabia que o veria magérrimo e muito enfraquecido, já vencido pelo seu maior adversário durante quase toda a vida adulta. Pensava se não seria melhor guardar uma imagem mais forte daquele lutador cerebral e constante, que conseguia camuflar no trabalho obstinado o seu combate permanente e solitário contra a doença.

Ao caminhar pela Paulista, voltei a uma imagem que sempre guardei, aquela do nosso primeiro encontro, 36 anos antes. Éramos militantes da Organização Socialista Internacionalista, mais conhecida pelo nome de sua tendência estudantil, a Liberdade e Luta.

Eu, estudante da USP, ele funcionário do Banespa, fui ajudar a nossa célula bancária a construir seu trabalho na área. Ao lado da Tita, da Acy, do Adhemar, do Washington e de vários outros, Gush organizava um núcleo de oposição no sindicato. Em pouco tempo, em 1978, à revelia da diretoria pelega da entidade, eles liderariam a campanha salarial do ano e convocariam a primeira greve da categoria em tempos de ditadura.

Naqueles meses, todas as noites eu ia da faculdade para o sindicato. Nossa convivência era intensa e Gush já exercitava plenamente suas capacidades de liderar, negociar e incentivar os companheiros. Período de encontros quase que diários, ele sempre de paletó e gravata, a lembrar aos companheiros que deveriam se vestir "como bancários". Tinham que ser iguais aos colegas de trabalho para serem reconhecidos por eles, nunca diferentes.

Não sei se foi por causa do paletó e da gravata do Gush, mas a verdade é que em pouco tempo, a Oposição Bancária iria de fato se identificar plenamente com a categoria e vencer as eleições sindicais.

A partir daí, nossos caminhos militantes passaram a correr de novo em paralelo e logo ele se transformaria numa das principais lideranças sindicais do país.

Pouco depois, o PT seria nosso novo ponto de contato. A trajetória dele seria especial, das mais significativas entre todos os dirigentes petistas e sindicais, conhecida dos leitores.

Passaram-se os anos, até que, com Gush à frente da Secretaria de Comunicação Social do governo Lula, começamos de novo a nos encontrar de maneira mais sistemática.

Bem mais magro, obrigado a integrar os suspensórios à sua indumentária, o ministro queria transformar a comunicação do governo. Articulava a integração de todos os ministérios e estatais, não se conformava ao ver linguagens, temas e formas distintas nas ações de comunicação.

Pregava também a necessidade de democratizar a distribuição das verbas publicitárias do governo. Recusava os planejamentos de mídia que se restringiam às grandes redes de comunicação e determinou que todos os ministérios passassem a anunciar também nos veículos regionais espalhados por todo o país.

Até que em 2005, veio a crise do chamado mensalão e Gushiken foi denunciado ao STF. Saiu então do governo e foi para o aconchego de sua família em Indaiatuba. Antes, deixou uma carta ao presidente Lula. Ela dizia: "Estou absolutamente tranquilo que, no exame sereno e fiel dos fatos, restará provada, de forma cabal e definitiva, minha integridade pessoal, bem como dos funcionários da Secom".

Gushiken viveria só um ano para saborear a sentença de inocência, entre idas e vindas aos hospitais.

Sereno e livre do peso dessa injustiça irreparável, ele passou seus últimos dias despedindo-se dos amigos. Como havia planejado. Por fim, se foi. Ficou um vazio, do tamanho de um legado extraordinário.★

***Celso Marcondes** é jornalista, coordenador-executivo do Instituto Lula